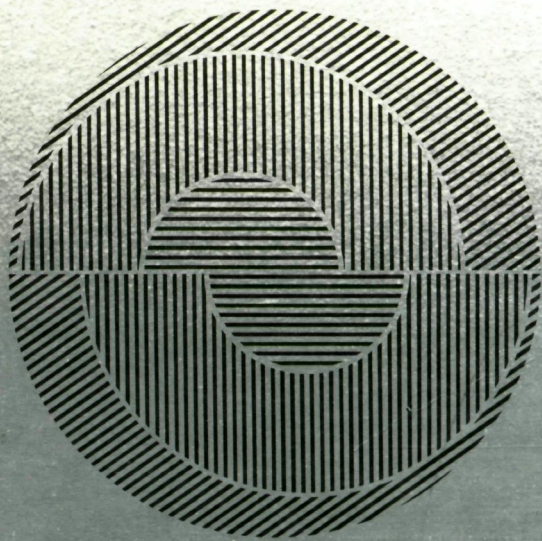


REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL • SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

JANEIRO A MARÇO 1989

ANO 26 • NÚMERO 101

No Centenário da República: um balanço econômico

MIRCEA BUESCU

SUMÁRIO

1. *Periodização.* 2. *Crônica do século: 1889/1913; 1914/1918; 1919/1929; 1930/1932; 1933/1939; 1940/1945; 1946/1973; 1974/1988.* 3. *Alterações dimensionais e estruturais: população; crescimento econômico; estrutura do produto; formação de capital; capitais estrangeiros; estatização; inflação; industrialização; agricultura; comércio exterior; balanço de pagamentos; dívida externa; disparidades regionais da renda; disparidades da renda pessoal.* 4. *Conclusão. Anexos estatísticos. Bibliografia.*

1. *Periodização*

O presente trabalho foi concebido em dimensões limitadas: não se trata de uma verdadeira "História Econômica", no seu sentido mais abrangente, embora o estudo cubra um longo período, sob vários ângulos. O título "um balanço econômico" indica tratar-se de uma síntese, propositadamente esquematizada, da evolução econômica durante os 100 anos da República.

As reduzidas dimensões do estudo impuseram um certo disciplinamento da matéria, a fim de oferecer ao leitor, de forma direta, uma visão global dos grandes rumos da economia nacional no período focalizado, assumindo, embora, as dificuldades e limitações decorrentes da magnitude do tema.

Um primeiro fio condutor nesta exploração sintética é constituído pela periodização, isto é, a divisão artificial do curso da História em fases que se caracterizaram de um certo modo, segundo critérios peculiares, não apenas econômicos, mas também políticos e culturais. Esses condicionamentos foram ou de natureza exógena, configurando a inserção do País no complexo cultural e político mundial, ou endógena, ligada às condições internas.

Assim, a evolução econômica da República, nos seus primeiros 100 anos, foi marcada por três eventos mundiais de capital importância: a Primeira Guerra Mundial (1914/1918), a Grande Depressão (para o Brasil: 1930/1932; para outras partes do mundo a fase depressiva foi ligeiramente mais extensa), a Segunda Guerra Mundial (1939/1945) — aos quais se poderia acrescentar a crise marcada pelos choques do petróleo de 1973/1979. Os eventos mencionados exerceram profunda influência sobre o desenrolar da economia nacional. Alguns autores acham que esses abalos externos tiveram efeitos benéficos, mas tal alegação não pode ser aceita sem sérias restrições: a rigor, os abalos agiram apenas como incentivos de reações *posteriores*, a favor do desenvolvimento econômico. O problema será abordado mais adiante, no lugar oportuno.

A periodização ligada aos fatores externos deve ser completada por outros marcos de caráter político, mas de procedência interna: houve, assim, a República Velha até a revolução de 1930, quando emergiu a República Nova (com a passageira subdivisão do Estado Novo), a recomposição democrática de 1945, os governos da Revolução a partir de 1964 e uma nova recomposição democrática em 1985, principiando a chamada Nova República. Muitas vezes as transformações políticas carregaram alterações de caráter econômico, mas as mudanças de rumo da economia foram provocadas mais pelo comportamento dos agentes públicos e privados — pelas suas decisões em face do problema do progresso econômico — e menos pela natureza do regime político. Antecipando a exposição, é suficiente lembrar que duas fases de inegável progresso econômico — 1955/1961 e 1967/1973 — ocorreram em regimes políticos totalmente diferentes. (Como bibliografia mais abrangente, v. VILLELA — SUZIGAN; BAER — I; 25 anos . . .; SIMONSEN, M. H. — I e II; BUESCU — II e III; GALVEAS — III.)

Vale, portanto, assinalar, como elemento substancial na tomada dessas decisões econômicas, a filosofia que determinou, em vários momentos, o comportamento dos agentes. Como se trata de idéias predominantes que apareceram e cresceram dentro do corpo social, às vezes espontaneamente, às vezes em imitação a realidades culturais externas, é possível, sem dúvida, identificar limites precisos das correntes dominantes de pensamento econômico. Pode-se contudo lembrar que a República surgiu quando o liberalismo econômico — com seus subprodutos: livre-cambismo e sistema do padrão-ouro — constituía a nota dominante no mundo ocidental, embora em fins do século XIX o pensamento econômico já tenha evoluído para certas limitações do liberalismo, com boas doses de intervencionismo, em matéria de regime de trabalho, moeda, comércio e, mais especificamente, com a acentuação do protecionismo, ao mesmo tempo que se fortalecia o nacionalismo econômico. (Como bibliografia v. POMMÉRY; MAURO; BARNES; NIVEAU.)

Fundamentalmente, o liberalismo nunca foi abandonado, mas o intervencionismo estatal se acentuou sob o impacto das dificuldades criadas

pela Primeira Guerra Mundial e seus reflexos e, ainda mais, após a Grande Depressão que provocou, no mundo inteiro, um sensível aumento da intromissão do setor público na economia, chegando-se a uma verdadeira economia mista, ainda com empresa livre e mercado, porém com uma forte dose de estatização. Paralelamente, o surgimento de uma experiência socialista na Rússia ofereceu um apoio, embora às vezes espúrio, ao dirigismo estatal. Vale assinalar, ademais, que depois da Segunda Guerra Mundial o problema do subdesenvolvimento se colocou no primeiro plano das preocupações econômicas em nível internacional, de modo que, aqui como alhures no mundo livre, se criou nova corrente de pensamento desenvolvimentista cujo principal modo de ação foi o planejamento. Muitas vezes essas idéias foram associadas a vagos objetivos socialistas. Mais recentemente, num movimento pendular que tantas vezes se repete, firmaram-se tendências a favor de uma privatização maior da economia.

Pode-se ir mais longe e identificar os modelos econômicos prevaletentes nas diversas fases da evolução, sem contudo, mais uma vez, ser possível determinar separações estancas entre essas fases. Durante muito tempo, talvez quase metade do período em foco, prevaleceu o modelo exportador de produtos primários — a forma em que o Brasil se inserira, desde a sua Independência, no sistema comercial internacional, baseado no livre-cambismo e na divisão internacional do trabalho, em que os países subdesenvolvidos, como o Brasil, deviam participar como exportadores de produtos primários, de vez que estes exigiam, para sua produção em condições competitivas, fatores de produção de que estes países mais dispunham: terra e mão-de-obra não qualificada. Existia aqui, já desde meados do século XIX, um certo interesse pela indústria (veja-se, entre outros, o exemplo do Visconde de Mauá), mas a ênfase colocava-se na exportação — principalmente do café: os fatores de produção eram absorvidos principalmente por esse setor, as políticas econômicas o visavam em primeiro lugar, e era esse setor o principal responsável pela geração de renda, diretamente ou através de seus reflexos no resto da economia (1).

Paulatinamente — e este processo se acentuou desde o início da República — surgiu maior interesse pelo modelo industrialista (v. DEAN; LUZ), na medida em que havia melhores condições para a sua expansão (níveis de renda e poupança; mercado; mão-de-obra qualificada; infra-estrutura de transporte, comércio e crédito). Ao longo desta exposição histórica

(1) Alguns autores, inclusive isentos de suspeição ideológica, falam em "dependência externa" para caracterizar o período. (v. LORENZO-FERNANDES). No tempo em que a exportação era responsável por, talvez, 80% da geração da renda monetária, como no século XVII-XVIII, a qualificação se justificaria, mas não para épocas mais recentes quando, como no início da República, a exportação contribuía com cerca de 20% na formação da renda nacional. Por outro lado, a noção de "independência" econômica é muito relativa e o ideal de auto-suficiência é ilusório.

aparecerá esta passagem, entre o início e meados do século XX, sem ser possível apontar um momento ou mesmo uma pequena fase bem definida de transformação (2).

Esse modelo industrialista, quando realmente se firmou no Brasil, depois da Segunda Guerra Mundial, se apresentou como um modelo substitutivo de importações, isto é, o ímpeto industrial se efetivou através da criação de indústrias cuja produção visava a produzir bens até lá importados. Nos anos 60 falou-se no "esgotamento" do modelo substitutivo de importações, mas, na realidade, a substituição continuou, só que o dinamismo industrial passou para outros setores. A mudança ocorrida caracterizou-se (sobretudo a partir de 1964) pelo fato de que a economia, ao invés de se organizar de forma "fechada", querendo dispensar, na medida do possível, o recurso ao setor externo, se tornou, "aberta", contando com o respaldo da economia mundial como fornecedora de capitais e tecnologia, bem como compradora de produtos da indústria nacional (GALVEAS, IV). O processo está, ainda, em curso, com seus efeitos positivos e elementos aleatórios.

No que se segue, será apresentada, numa primeira parte, como fio condutor da pesquisa, uma exposição sucinta da evolução econômica do Brasil nas fases mencionadas, destacando os principais condicionamentos externos e internos dessa evolução. Na segunda parte do trabalho, serão expostos os resultados quantitativos, identificando as mudanças de dimensão e estrutura ocorridas no período.

2. Crônica do século

1889/1913

O primeiro quartel do século da República desenrolou-se num ambiente internacional muito favorável, num equilíbrio político que, por cima das tensões nacionalistas latentes, se realizava através de um sistema de pactos, bem como num certo equilíbrio social, apesar da explosão crescente de descontentamento. Nem o anticolonialismo, nem o socialismo tinham bastante força para representarem perigos imediatos à ordem estabelecida. Ademais, foi um período de grandes progressos tecnológicos e institucionais, assim como de grande expansão da produção, principalmente nos países mais avançados, apesar das flutuações cíclicas (1892/1894, 1907), e do movimento internacional de fatores da produção — mão-de-obra e capitais — e de mercadorias. Foi uma época de bem-estar e relativa tranqüilidade que mereceu o rótulo de *Belle Époque*.

(2) Contestou-se, por exemplo, (JEAN MARCZEWSKI) a existência de uma verdadeira "revolução industrial" na França. A asserção seria válida para o Brasil, e para outros países. O fenômeno apresentou-se mais como uma lenta evolução e transformação. Como se verá mais adiante, pode-se identificar apenas "surto" industriais.

A expansão econômica deu-se dentro de um sistema de liberdade econômica, no livre-cambismo e na unidade monetária garantida pelo padrão-ouro. Crescia, entretanto, o protecionismo e, de modo geral, mas ponderado, o intervencionismo estatal de caráter normativo.

No Brasil domina, também, o liberalismo, ao lado de um protecionismo crescente (tarifa-ouro de Rui Barbosa e Joaquim Murinho). Continuou a controvérsia entre os metalistas e os papelistas (correspondendo à *Currency School* e à *Banking School*), resolvida muitas vezes dentro de uma concepção pragmática, como já acontecera no passado. A política monetária, cambial e comercial foi amiúde questionada em nome de um industrialismo cada vez mais acentuado e que teve seus paladinos em Rui Barbosa, Américo Werneck, Serzedelo Corrêa — uma posição que teria sido mais tarde rotulada como desenvolvimentista⁽³⁾, reforçada pela corrente do nacionalismo econômico — Alcindo Guanabara, Alberto Torres (LIMA — I; LUZ).

O liberalismo econômico e sua complementação representada pela divisão internacional do trabalho, garantiram a permanência do modelo exportador de produtos primários — principalmente, o café que, em 1891/1900, foi responsável por 64,5% do valor da exportação — modelo para o qual o Brasil possuía vantagens absolutas e comparativas, de modo que a exportação podia constituir, ainda, o grande setor dinâmico em termos de mobilização de fatores de produção e geração de renda. O excesso nocivo constituiu em forçar, de modo artificial, a preeminência do café, impedindo-se uma alocação natural dos fatores. Essa política de valorização do café representou, para prazo mais longo, um fator altamente negativo. Acrescente-se, no final desta fase, o auge do ciclo da borracha cuja queda vertical começou apenas após 1912.

(3) Alguns autores afirmaram que somente após 1930 ou mesmo 1950 houve uma política desenvolvimentista "consciente". Acho que, em primeiro lugar, se trata de uma questão semântica: a palavra "desenvolvimento", no seu sentido técnico, é de origem mais recente; antes, falava-se simplesmente em "progresso". Segundo, a política desenvolvimentista ou progressista tomou mais consistência com o aumento do intervencionismo estatal. Numa concepção liberal pura, o progresso devia resultar naturalmente do livre funcionamento da economia. A preocupação com o progresso econômico, entretanto, já existia na época em foco. Rui Barbosa — 1889: "Carecemos, não menos imperiosamente, de impulsionar o espírito de progresso. Não nos encerremos nas teorias estritas de certos utopistas ... que pretendem modelar o mundo por fórmulas abstratas ... querem reduzir o papel do Estado ... e negam a vantagem, para as nações, da interferência discutida da administração ..." (apud AGUIAR, p. 487). Joaquim Murinho — 1900: "Já temos ganho bastante terreno no caminho da reconstrução econômica e financeira da República ..." (*Idéias* ... p. 224). E o mesmo, em 1901: "Não devemos, pois, ficar à espera do desenvolvimento do País para corrigir a depreciação atual, que falseia a medida dos valores, que entorpece o crescimento das indústrias, e tornou-se onerosa para todas as classes." (*Ibidem*, p. 230).

De fato, no início da República já havia condições mais favoráveis de crescimento, sobretudo graças ao impulso anteriormente dado pelo café em termos de níveis de renda e capacidade de investimento, mercado, classe empresarial, infra-estrutura de transporte, comércio e bancos, políticas econômicas. Decisiva foi a abolição da escravidão na véspera da República e, a este fato ligada, a entrada maciça de imigrantes europeus (1.198 mil em 1890/1899, 622 mil em 1900/1909). Na medida em que o café perdeu parte da sua força, os investimentos procuraram novos caminhos, mais especificamente na indústria. Finalmente, não deve ser menosprezado o otimismo despertado pela mudança do regime político — entendida como um sinal de modernização do País.

Esse otimismo, aliado a uma tendência tradicional para o jogo (MELLO FRANCO, pp. 157-171) resultou na fase de especulação bursátil, e inflação acelerada, conhecido como “Encilhamento” (1890-1893). O fenômeno foi possibilitado pela implementação desordenada da reforma bancária de 1890 que, acertadamente, tinha introduzido a pluralidade emissora a fim de refazer a liquidez do sistema, comprometida pela política contencionista do fim do Império. Passada a fase especulativa, a inflação recrudescceu devido ao desequilíbrio do Tesouro Nacional, pressionado pelas perturbações políticas.

Muitos autores, misturando a expansão formal, especulativa, dos negócios e o crescimento vegetativo da indústria, sustentam a existência de um surto industrial durante o “Encilhamento” e, mais, “graças” à expansão bursátil e monetária, mas não há evidência empírica dessa asserção⁽⁴⁾. Se houve progresso, explica-se bastante pelos fatores antes mencionados.

O quadriênio 1898/1902 da presidência Campos Salles (com Joaquim Murinho na Fazenda) caracterizou-se por uma política ortodoxa, de contenção monetária e financeira, destinada a eliminar os males da inflação acelerada do decênio anterior. Esse objetivo salutar — apesar dos inconvenientes da deflação — tinha como ingrediente a idéia algo esdrúxula de uma valorização cambial para se voltar à paridade legal de 1846. Isso não sucedeu, mas o câmbio se fortaleceu substancialmente, inclusive graças ao *funding-loan* de 1898, ao mesmo tempo que as finanças públicas se equilibravam e a inflação se eliminava.

A política de Murinho foi muito criticada (por exemplo: LIMA — I, pp. 129-193; PELAÉZ — SUZIGAN, pp. 180-186) por ter retardado o desenvolvimento econômico, mas, afinal, o saneamento monetário e financeiro era indispensável: os seus efeitos benéficos se patentearam na década seguinte. A ação saneadora visava também o superdimensionado setor

(4) Vale citar um testemunho valioso: “... Não concordo com a recente visão revisionista ... de uma significativa contribuição do Encilhamento ... para o desenvolvimento econômico do Brasil e em particular para sua industrialização. ... Sua contribuição para o crescimento da indústria e o desenvolvimento da economia parece ter sido pequena”. (GOLDSMITH, p. 109).

cafeeiro, e Murtinho, embora realmente não um industrialista, não pode ser acusado de ter protegido o café: a valorização cambial só podia prejudicar os cafeicultores, que aliás iriam reagir pouco depois. Quanto aos efeitos recessivos da deflação de 1898/1902 não parece haver evidência empírica a respeito das suas alegadamente grandes dimensões.

A fase final deste período, caracteristicamente chamada "Reerguimento Econômico" (1903/1913), constituiu o fruto positivo da amarga operação de saneamento empreendida por Murtinho. Com as finanças públicas equilibradas, com a inflação praticamente eliminada, com uma boa balança comercial, lastreada no café e na borracha, os capitais estrangeiros foram atraídos seja sob a forma de investimentos diretos, seja de empréstimos públicos. Estes permitiram ao governo ampliar substancialmente a parcela de suas despesas destinadas à formação de capital fixo, sobretudo no setor de transportes (VILLELA — SUZIGAN, pp. 414-417). Tudo isso contribuiu para o fortalecimento da posição cambial da moeda nacional. Ademais, os condicionamentos internos e externos já mencionados garantiram, nesse ambiente equilibrado, uma taxa de crescimento econômico e de expansão industrial superior à dos períodos anteriores. Como medida específica, vale lembrar a lei do similar nacional, já em 1914.

Entretanto, os fortes interesses ligados ao café provocaram, em face da debilitação da renda do setor devido à superprodução e à valorização cambial, uma ação de defesa através da retenção de estoques e limitação da oferta — o que foi feito pela Convenção de Taubaté (1906), iniciando um longo período de políticas de valorização artificial do produto. Ademais, para evitar as perdas, em moeda nacional, decorrentes da tendência ascendente do mil-réis no mercado de câmbio, criou-se a Caixa de Conversão (1906), que impedia a valorização da taxa de câmbio, dentro de um mecanismo de padrão-ouro. Esta desvalorização forçada constituiu, até certo ponto, uma proteção à indústria nacional. O conjunto de medidas de defesa do café teve eventualmente efeitos benéficos a curto prazo, porém a prazo mais longo agiu de modo nocivo, perpetuando o superdimensionamento do setor e permitindo aos países produtores concorrentes a entrada no mercado (5).

1914/1918

O setor externo deteriorou-se profundamente devido às perdas humanas e materiais provocadas pela guerra, à mobilização da produção dos

(5) "As operações de defesa foram bem sucedidas enquanto contaram com a conjugação de um grande número de fatores favoráveis, mas, dada a sua natureza, elas continham elementos de alta instabilidade, que, mais cedo ou mais tarde, teriam de se manifestar. A estabilidade cambial, concomitante com as operações de defesa, visava a impedir que a melhoria da taxa cambial diminuísse a remuneração dos agricultores em moeda nacional e, dessa forma, trabalhava eficazmente contra a diversificação da produção nacional e contra o desenvolvimento industrial" (DELFIN NETTO, p. 153).

países industrializados para os objetivos bélicos, às dificuldades de transporte (conversão da marinha mercante, guerra submarina), à retração de movimentos de capitais, praticamente bloqueados nos grandes países capitalistas — beligerantes. A revolução russa devia acrescentar mais um elemento de perturbação mundial. Por outro lado, perdeu-se parte da confiança no sistema político e econômico, e as exigências da guerra resultaram no aumento do intervencionismo estatal, uma vez que o liberalismo não pudera evitar a guerra e não era capaz de solucionar os problemas criados por ela.

Essa deterioração do setor externo não podia deixar de afetar um país, como o Brasil, fortemente dependente da exportação para geração de renda, e da importação de mercadorias e capitais para sustentação do desenvolvimento. De fato, o Brasil, graças à sua posição geográfica, não foi totalmente afetado no seu comércio exterior, principalmente graças à possibilidade de exportar dentro da área não atingida pela guerra. Por outro lado, foi necessário repetir as operações de valorização do café (1917-1920). E, como cessou o fluxo de capitais estrangeiros, determinou-se a suspensão do serviço da dívida externa (1914-1917). Ademais, as importações sofreram uma drástica redução. As dificuldades cambiais e financeiras provocaram o desequilíbrio orçamentário, a intensificação da inflação e a deterioração da posição cambial da moeda nacional (1914: fechamento da Caixa de Conversão). Não obstante, os investimentos públicos se mantiveram em nível elevado.

A propósito desse fechamento compulsório das importações surgiu a teoria dos “choques externos” (SIMONSEN R.; BAER; FURTADO; TAVARES), segundo a qual a escassez de produtos manufaturados importados ou, sob outra forma, a elevação dos preços relativos dos produtos importados em comparação com os nacionais constituiu uma verdadeira proteção e um incentivo para o desenvolvimento da indústria nacional. As estatísticas, contudo, indicam uma redução do ritmo de crescimento global e industrial e uma retração dos investimentos (VILLELA — SUZIGAN, pp. 145-150), — pelas razões antes expostas. Daí, a rejeição, pelo menos parcial, da tese tradicional (6). A rigor, pode-se admitir que o “choque externo” funcionou como uma advertência que incitou os agentes econômicos, depois de normalizada a situação internacional, a cuidar mais do crescimento da indústria. De modo geral, deve-se admitir que os surtos industriais não ocorreram durante os choques externos (as duas guerras mundiais e a Depressão), mas sim, nos períodos intermediários, de abertura do setor externo, tal como as estatísticas o identificam claramente.

(6) “... A Primeira Guerra Mundial aumentou consideravelmente a procura de artigos manufaturados nacionais, mas tornou quase impossível a ampliação da capacidade produtiva para satisfazer a essa procura... Poder-se-á até perguntar se a industrialização de São Paulo não se teria processado mais depressa se não tivesse havido guerra” (DEAN, p. 144).

O período de dez anos que se seguiu à Primeira Guerra Mundial foi, passada a crise de 1920, de volta progressiva à normalidade política e econômica e de reconstrução geral da economia internacional, embora sem a confiança e o otimismo anteriores. Em 1929 os níveis de produção nos principais países e para os principais produtos já haviam igualado, senão ultrapassado, os vigentes antes da guerra. As trocas internacionais expandiram-se fortemente acima dos valores de 1913, e o movimento internacional de capitais foi retomado, embora tenha sido prejudicial a mudança do centro financeiro de Londres para Nova York. Foi neste período que se intensificaram as relações econômicas do Brasil com os Estados Unidos.

Durante alguns anos sofreram-se, ainda, os reflexos da guerra, principalmente os perigos da inflação, a qual, aliás, ocorreu de forma violenta sobretudo na Alemanha, porém a idéia dominante foi a do retorno para o liberalismo, a ortodoxia monetária e financeira, o livre-cambismo e o padrão-ouro: este foi especificamente indicado como solução no *Cunliffe Report* de 1919, repetindo-se a recomendação no *MacMillan Report* de 1929. O sistema internacional sofreu pelo afastamento temporário da Alemanha, pelo fechamento da URSS e pelas alterações estruturais decorrentes da guerra, mas um esforço maior de cooperação internacional foi feito — com êxitos duvidosos através da Liga das Nações, e várias conferências internacionais (Gênova 1922 — Genebra 1927 etc.). As políticas econômicas nacionais orientaram-se dentro desses moldes, para a estabilização monetária e a integração no sistema internacional.

O Brasil seguiu a mesma orientação e, aproveitando a expansão do comércio internacional, conseguiu aumentar, principalmente a partir de 1924, as suas exportações (7). Embora o governo tenha se omitido em termos de investimentos (a parcela da despesa federal destinada a este fim foi insignificante), o crescimento acentuado da receita da exportação — ainda o setor dinâmico da economia — as oportunidades de importação, a atitude mais positiva dos empresários (depois da “advertência” do choque externo), as facilidades concedidas aos investimentos estrangeiros (sobretudo na siderurgia e na indústria do cimento) garantiram bons níveis de investimento e taxas favoráveis de crescimento global e industrial. Por outro lado, continuou-se a política da valorização do café (já aceitando-se a idéia “de defesa permanente” do café após a valorização de 1921/1924), o que contribuía para uma inadequada alocação de fatores de produção e para o superdimensionamento do setor cafeeiro, situação crítica já antes da Grande Depressão.

(7) “Entre 1922 e 1929 ainda se registraria um período de grande dinamismo da economia internacional, o que permitiu ao Brasil realizar grande volume de importações de bens de capital para as indústrias têxteis e de alimentos, principalmente, viabilizando-se desse modo o crescimento da produção industrial nos anos 30 ...” (CARLOS VON DOELLINGER — Introdução — in: SIMONSEN — GUDIN, p. 4).

Não obstante o comportamento relativamente satisfatório da indústria e da economia como um todo — de qualquer maneira, muito melhor do que durante o “choque” da Guerra Mundial — considera-se que o progresso foi prejudicado pela insegurança da política monetária e financeira e, sobretudo, pela insistência da volta ao padrão-ouro: Caixa de Estabilização — 1926 — criada nos moldes da Caixa de Conversão de 1906. Como então, a estabilização foi feita a um nível subvalorizado, o que pode ter favorecido a indústria. Obviamente, pode-se censurar muitos conceitos da ortodoxia monetária (VILLELA — SUZIGAN, pp. 153-159), porém as estatísticas mostram que, apesar de tudo, o período foi positivo. De fato, as manchas do quadro podiam ser detectadas, também, em dimensões internacionais.

1930/1932

Depois do *crash* na Bolsa de Nova York em outubro de 1929, os Estados Unidos mergulharam numa profunda e prolongada depressão até 1935 ou mais, a qual, devido à interdependência econômica e ao papel preponderante dos Estados Unidos na economia internacional, se espalhou, afetando a maioria dos países via retração do movimento de mercadorias e capitais. Vários setores da produção, principalmente na indústria, sofreram drásticas reduções: é suficiente citar o aço com queda de 58%, a hulha com 28%, o petróleo com 12%, os automóveis com 69% — entre 1929 e 1932. O produto interno bruto caiu verticalmente em todos os países industrializados, o comércio internacional teve reduzido em 65% o seu valor (exportação, mais importação) entre 1929 e 1935. Por outro lado, o crédito internacional ficou desorganizado e paralisado, contribuindo para o encolhimento do comércio. A reação a esses percalços foi o aumento do intervencionismo estatal (por exemplo, o *New Deal* norte-americano) e a adoção de políticas nacionais de defesa, as quais contribuíram, ainda mais, para o estancamento e retraimento das relações econômicas internacionais.

O Brasil ressentiu-se, obviamente, dessa grave mudança de cenário. Entre 1929 e 1932 (pois a depressão foi aqui de menor duração) o PIB acusou uma taxa de crescimento ligeiramente negativa, acontecendo o mesmo com a produção industrial. A receita da exportação caiu 61% e as relações de troca se deterioraram, reduzindo drasticamente a capacidade de importação, condição indispensável para manter o ritmo dos investimentos (no mesmo período a despesa de importação caiu 75%). Ademais, estava fechado o acesso aos capitais internacionais, o que exigiu uma série de medidas de defesa, culminando, mais tarde, com a suspensão do serviço da dívida externa. O “choque” foi desta vez mais duro, pois a recessão mundial não permitiu acharem-se oportunidades locais de comércio exterior como durante o “choque”, anterior, da Primeira Guerra Mundial.

No plano interno, o País conheceu uma revolução que pretendeu mudar o estilo de governo, com uma orientação mais nacionalista, com

uma participação mais ativa do Estado na economia — aliás como em outros países — com mais atenção para a industrialização e o desenvolvimento⁽⁸⁾, bem como para os problemas trabalhistas (1930: Ministério do Trabalho; 1934: Consolidação das Leis Trabalhistas). O espírito de renovação criou um clima favorável ao desempenho econômico.

Não se pode dizer, contudo, que, com esses novos rumos, o governo tenha abandonado os interesses do café. Pelo contrário, a grave crise que afetou o setor cafeeiro promoveu um plano de defesa mais ousado do que anteriormente através da compra a preço baixo, e do armazenamento e da queima dos excedentes. Certos analistas consideraram as operações como de caráter keynesiano, para defesa de renda do café (FURTADO, pp. 220-224), mas a tese foi combatida (PELAÉZ — I — pp. 75-108) sob o argumento de que a compra de excedentes foi feita com meios ortodoxos — créditos — e não com criação artificial de moeda. Pode-se, entretanto, admitir que a política de valorização manteve um certo dinamismo do importante setor cafeeiro. A saída da depressão não teria uma explicação na defesa do café e, sim, nas emissões de moeda provocadas pela revolução de 1932, bem como na moratória agrícola instituída pelo chamado "Reajustamento Econômico". Papel expansionista tiveram, também, os saldos comerciais e a permanente desvalorização da moeda no mercado de câmbio.

1933/1939

Continuando a tendência manifestada logo depois do agravamento da Grande Depressão, o período se caracterizou pelo aumento do intervencionismo estatal e pelas políticas nacionais de defesa, que acentuaram a ruptura do sistema internacional. Num intrincado processo de causas e efeitos, as dificuldades econômicas foram acompanhadas pela deterioração do quadro político e as perspectivas de uma inevitável nova guerra se refletiram no aumento do dirigismo e do nacionalismo econômico. A revolução keynesiana ofereceu apoio teórico à intervenção estatal, mas, sob os golpes dos fatos adversos, o próprio liberalismo passou por uma crise de que começou a se recuperar somente depois da Segunda Guerra Mundial. As poucas tentativas de cooperação econômica internacional mais importante (Conferência de Londres — 1933) foram fadadas ao fracasso. Por outro lado, os sucessos da experiência soviética, obtidos com sacrifícios desconhecidos na época, pareciam testemunhar a favor de um sistema de intervenção mais profunda através da planificação centralizada. Nessas condições precárias, a economia mundial recuperou-se apenas parcialmente, de modo que, na eclosão da guerra, em 1939, as atividades econômicas, na maioria dos casos, ainda não haviam atingido os níveis de 1929.

(8) "Na era de Vargas, verificou-se um acentuado aumento na autoridade e na capacidade do governo nacional. Os responsáveis pelas diretrizes políticas do Brasil traçaram uma orientação para o futuro e suscitaram uma confiança nos destinos da nação que, em seu sentido mais amplo, configuram o que se poderia denominar "nacionalismo desenvolvimentista" (WIRTH, p. 193).

O panorama foi parecido no Brasil, mas a recuperação foi mais acentuada, podendo-se falar de um verdadeiro surto industrial (mais uma vez, depois do choque externo), garantido graças a um equilibrado aproveitamento do setor externo, (importações seletivas), malgrado os níveis, ainda baixos, da exportação, da importação, das relações de troca e da capacidade de importar (VILLELA — SUZIGAN, pp. 439-441).

Como linha-mestra do pensamento econômico, verificou-se também, no Brasil, o intervencionismo estatal, sustentado nos preceitos do nacionalismo econômico, da auto-suficiência (logo, do esforço industrialista), bem como do populismo, com maior atenção pelos problemas trabalhistas, como já foi aludido. O governo, sem tornar-se ainda empresário, acentua sua atuação direta na economia, não apenas de forma normativa, mas também através de instituições, como, por exemplo, no setor ainda prioritário da exportação, os Institutos do Açúcar e Alcool, do Mate, do Cacau. Multiplica-se a legislação econômica (Código de Minas, Código de Aguas, etc.), bem como os órgãos de orientação e controle (Departamento Nacional do Café, Conselho Nacional do Petróleo, etc.). Acentua-se, também, atividade empresarial do governo, que em 1937 chegou a deter 71% das ferrovias. No mesmo ano foi fundado o Lloyd Brasileiro. Quanto ao amparo direto à indústria e à economia em geral, vale mencionar a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937) e, no fim da guerra, da Superintendência da Moeda e Crédito (1945). O intervencionismo torna-se mais sistemático através dos primeiros órgãos normativos de planejamento (Conselho Federal de Comércio Exterior — 1934, Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Econômica — 1939), mas essa tendência vai firmar-se na época seguinte (LORENZO — FERNANDES, pp. 154-165). Os resultados foram satisfatórios, dadas sobretudo as circunstâncias, com um bom crescimento da economia e particularmente da indústria, que aproveitou a capacidade ociosa deixada pela depressão. Surgiu também a idéia da criação de uma grande siderurgia nacional.

1940/1945

A Segunda Guerra Mundial teve, mais que a primeira, o caráter de guerra total, tanto no sentido do envolvimento de quase todas as nações, quanto pela mobilização de toda a população — militares e civis — e de todos os recursos dos países envolvidos. Verificou-se, mais uma vez, uma ruptura do sistema econômico internacional não apenas devido às destruições provocadas pela guerra (guerra submarina, aérea etc.), mas também devido ao fato de que a produção dos países beligerantes, sobretudo do Centro, se destinava prioritariamente à guerra — o mesmo acontecendo com o sistema de transporte e o movimento de capitais.

O comércio internacional retraiu-se e o produto real diminuiu entre os países envolvidos, com a grande exceção dos Estados Unidos, devido à sua posição geográfica e ao seu poderio econômico. Os problemas da escas-

sez e da canalização dos recursos para os objetivos bélicos exigiram maior interferência dos governos na economia e incentivaram as práticas do planejamento estatal como medida de emergência, embora o pensamento liberal resistisse no plano teórico. Cresceu, também, com vistas ao pós-guerra, a idéia de cooperação internacional, não apenas no plano político, mas também no econômico. Daí, a preparação, desde antes do fim da guerra, da ONU, do BIRD, do FMI e outros.

A guerra teria representado outro “choque externo” no sentido de um colapso das relações com o exterior, protegendo a indústria nacional e beneficiando o desenvolvimento. Mas não foi exatamente isso. Em primeiro lugar, os índices de produção global e industrial caíram no período. Os índices de investimento industrial, também, visto que se perderam as fontes de recursos necessários — capitais, equipamentos e tecnologia. Em compensação, embora se tornasse inacessíveis muitos dos parceiros comerciais do Brasil, o País não ficou isolado: o seu comércio de exportação se manteve graças as linhas abertas de abastecimento aos Aliados via Estados Unidos e de fornecimento de produtos industriais às zonas não industrializadas ainda acessíveis (América Latina e África do Sul). Esta última circunstância — de abertura e não de fechamento — se constituiu em bom suporte para a indústria nacional, que, utilizando ao máximo a capacidade disponível, atendeu à demanda. Mas não houve verdadeira substituição de importações. Ademais, a utilização intensiva dos equipamentos representou um desinvestimento (BUESCU, IV, pp. 92-100). Bloqueado de importar, o País acumulou grandes saldos de divisas que foram pouco aproveitadas no pós-guerra.

Com o setor público intensificando sua atividade empresarial (Cia. Vale do Rio Doce, Cia. Siderúrgica Nacional, etc.), respaldado numa filosofia de autarcia e nacionalismo econômico⁽⁹⁾, firmou-se a tendência planejadora em âmbito nacional, malgrado as resistências liberais (SIMONSEN — GUDIN, *passim*).

1946/1973

No ambiente internacional, o período foi marcado, sob o ângulo político, por duas características conflitantes que agiram em sentido diferente sobre a economia: a cooperação internacional e a divisão do mundo em dois grupos, capitalista e comunista. A primeira característica teve como manifestação a criação da organização das Nações Unidas e suas complementações: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e outras (GATT, UNCTAD, etc.) que dentro de um ambiente relativamente pacífico (paz atômica), contribuíram para a recons-

(9) “Foi dentro dessa acentuação do espírito nacionalista e autárquico — que ficaria contabilizado no ativo da guerra — que se continuou o processo (de desenvolvimento) iniciado nos tempos anteriores ... mas, contrariamente à teoria tradicional, não se deve esquecer que o próprio setor externo não sofreu paralisia total. Pelo contrário, foi fonte ainda aproveitável de recursos” — e de oportunidades (BUESCU — IV, p. 165).

trução no pós-guerra (como instrumento adicional, o Plano Marshall) e para a sustentação do desenvolvimento econômico. Organismos regionais se acrescentaram, tais como a Comunidade Econômica Européia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Associação Latino-Americana do Livre Comércio, etc.

O problema do desenvolvimento no Terceiro Mundo se tornou preocupação de primeiro plano. Infelizmente, a organização do sistema financeiro internacional mostrou-se cada vez mais deficiente.

Por outro lado, a divisão do Mundo resultou em tensões perpétuas, em aumento das despesas armamentistas, em limitações da cooperação internacional (os países comunistas não participaram em muitas das organizações econômicas internacionais) e até em conflitos regionais (Coreia, Indochina, Vietname) que agravaram os aspectos negativos apontados.

Não obstante, o crescimento econômico continuou firme, lastreado nos progressos tecnológicos, na possibilidade de mobilizar fatores de produção e na capacidade de capitalização em escala internacional. Continuou, no mundo livre, a predominância do sistema de economia mista, misturando-se o fortalecimento do liberalismo e o intervencionismo com objetivos sociais (*Welfare State*).

O Brasil, que já tinha alcançado certa base para deslanchar um desenvolvimento mais acelerado (arranco), aproveitou as condições externas e internas, ingressando numa fase, de quase um quarto de século, de excelente desempenho econômico, interrompido apenas por um triênio infeliz, de fins de 1961 até início de 1964, devido às perturbações políticas e sociais. O período abrangido por este capítulo deve ser, portanto, dividido, em três fases: 1946/1961, 1962/1964 e 1965/1973.

A primeira fase, abrangendo as presidências Dutra, Vargas e Kubitschek caracterizam-se por excelentes resultados, sobretudo na parte final, em termos de crescimento econômico e de alterações estruturais, embora com uma boa dose de potencial inflacionário. A conjuntura externa — política e econômica — foi favorável e a situação política interna foi equilibrada, exceto entre 1954 e 1956. Os investidores nacionais e estrangeiros foram mais ativos — a confiança e o otimismo foram fatores psicológicos de um certo peso —, mas também o governo teve uma atuação mais decidida, uma consciência mais nítida de seu papel desenvolvimentista⁽¹⁰⁾. Sem dúvida, isso conferia um impulso ao intervencionismo e à estatização. Entre as instituições criadas para sustentar a expansão econômica destacou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952). A atividade empre-

(10) "O núcleo da política econômica de Kubitschek consistiu na congregação da iniciativa privada — acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeiros — com a intervenção contínua do Estado, como orientador dos investimentos através do planejamento. O governo se transforma em instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento econômico" (BENEVIDES, p. 202).

sarial do Estado manifestou-se na criação da Petrobrás (1953) e Eletrobrás (1961), seguida de muitas outras, em vários setores industriais. Menores cuidados mereceram a agricultura, o desenvolvimento social e a educação.

O desenvolvimento, confundido em grande parte, sobretudo nesta fase, com o industrialismo, foi matizado, em vários momentos, por um certo nacionalismo econômico, como no caso da campanha "o petróleo é nosso" (WIRTH; BRESSER PEREIRA). Para atingir objetivos propostos desenvolveu-se, cada vez mais, a técnica de planejamento, em formas crescentemente abrangentes, desde o Plano SALTE (1950), o Relatório da Comissão Mista Brasil — Estados Unidos COMBEU — (1953) e o plano de Reaparelhamento Econômico (1954) até o Plano de Metas (1956) (MALAN; LA-FER). Um importante instrumento de dirigismo centralizado foi o Conselho Nacional de Desenvolvimento (1956).

A ênfase anteriormente dada às exportações de produtos primários foi nitidamente abandonada, adotando-se um modelo industrialista que funcionou na base da substituição de importações — um modelo que apresentava várias facilidades para os investidores. A industrialização concentrou-se sobretudo no setor de produção de bens de consumo duráveis, no qual se destacou a indústria automobilística, com maciça contribuição do capital e tecnologia estrangeiros, mas a adoção de tecnologia capital-intensiva pode ter prejudicado a criação de empregos.

O modelo funcionou graças a uma série variada de medidas de proteção; principalmente de caráter cambial e comercial: licenças de importação; ágios na importação e bonificações na exportação, para compensar a desatualização do câmbio oficial; taxas de câmbio preferenciais: Instrução n.º 70/1953, da SUMDC e Lei de tarifas n.º 3.244/1957 — "custo de câmbio" para importações preferenciais; incentivos setoriais, não dispensando o aporte dos capitais estrangeiros (Instrução n.º 113/1955). Entretanto, o Plano de Metas, sem respaldo financeiro, propiciou o início de um processo inflacionário que iria agravar-se subseqüentemente por razões pouco válidas. O problema das relações entre a inflação e o desenvolvimento desatou uma prolongada controvérsia em que se manifestou, com bastante força durante um tempo, a corrente estruturalista, combatida, com sucesso, pelos economistas ortodoxos (uma exposição concisa em: SIMONSEN M. H. — I).

Foi um modelo, em grande parte, fechado, que cuidou muito pouco da expansão das exportações — o que criou estrangulamentos no balanço de pagamentos, produtos de exportação gravosos, atrasados comerciais, logo dificuldades com os credores externos. Contudo surgiram idéias de cooperação internacional no Continente (Operação Pan-Americana, Aliança para o Progresso, ALALC).

Por outro lado, o modelo continuava a tendência de concentração regional da renda, mas intenções redistributivas tornaram-se mais atuantes (SPVEA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Ama-

zônia — 1951; e sobretudo SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste — 1958).

Depois da mencionada fase de perturbações políticas e sociais de 1962 a 1964, cujo resultado foi a queda do crescimento econômico, o agravamento da inflação e a deterioração das relações internacionais, e a malograda tentativa de ordenação econômica, consubstanciada no Plano Trienal (1963), uma nova fase de recuperação começou em 1964, mas, devido às medidas de saneamento e a indecisão dos agentes econômicos, o crescimento foi retomado somente a partir de 1966. O conjunto de medidas foi arquitetado dentro de um planejamento mais consistente, cristalizado no PAEG — Programa de Ação Econômica do Governo, (1964) — típico do sistema misto da economia⁽¹¹⁾. Esse saneamento abrangeu, em primeiro lugar, o combate à inflação através de equilíbrio orçamentário e da contenção monetária e creditícia: depois de dois choques, em 1965 e 1966, a inflação caiu do patamar de 80-90% a.a. para 25-30% a.a., continuando, depois, uma lenta descida. Foi, entretanto, criado o instituto da correção monetária como defesa das rendas reais, enquanto se procedia ao estancamento da inflação.

Este novo modelo, continuado nos planos subsequentes (Plano Estratégico de Desenvolvimento — 1968; Metas e Bases — 1970; I Plano Nacional de Desenvolvimento — 1972) consistia, diferentemente da fase anterior, num modelo aberto que visava captar a poupança e a tecnologia externas, sob forma de investimentos e empréstimos, com vistas à aceleração do desenvolvimento econômico (GALVÊAS — II). A abertura para o exterior exigiu um especial cuidado com a expansão e diversificação das exportações através de uma política cambial realista e de incentivos fiscais e creditícios, sobretudo para exportações de produtos manufaturados, além da negociação da dívida externa (SILVA — BUESCU, pp. 171-204). Quanto aos seus riscos, manifestaram-se apenas mais tarde, após 1973, devido à deterioração do cenário internacional (choques do petróleo 1973 e 1979). Os recursos internos e externos permitiram investimentos substanciais pelo governo (infra-estrutura) e pelos particulares (indústria).

Merece destaque o esforço de renovação institucional, com a organização do sistema bancário (bancos de investimento, etc.) e a criação do Banco Central (Lei n.º 4.535/1964) e a organização do mercado de capitais (Lei n.º 4.728/1965), bem como as medidas visando à redistribuição da renda pessoal e regional (Plano Nacional de Habitação, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, PIS, incentivos regionais — PIN, Proterra. Entretanto,

(11) "O programa não tem a pretensão de se apresentar como um plano de desenvolvimento, mas apenas um programa de ação coordenada do governo no campo econômico ... Procurou-se formular uma estratégia de desenvolvimento... A ação governamental complementa, mas, não necessariamente, substitui os mecanismos do mercado... Numa economia onde predomina a livre empresa, esse conteúdo (de decisões governamentais) forçosamente se restringe à esfera de decisão dos poderes públicos" (PAEG, pp. 13-16).

no que tange ao distributivismo, os resultados foram muito modestos e às vezes negativos (LANGONI — II). Isso deu lugar a uma árdua discussão nos meios econômicos e políticos (uma breve exposição em: LORENZO — FERNANDES, pp. 263-269).

De qualquer modo, o País passou, entre 1967 e 1973, por uma fase de forte crescimento econômico, lastreado sobretudo na indústria que começou a firmar-se no ramo de bens intermediários, energia e bens de capital e passou para a conquista de mercados externos.

1974/1988

Em fins de 1973, o panorama econômico mundial mudou por completo em decorrência do primeiro "choque do petróleo", a brusca e forte elevação dos preços de venda do petróleo pelo cartel da OPEP. Isso desencadeou uma série de efeitos nocivos em todos os países importadores de petróleo, inclusive países industrializados, a começar pela criação de um foco inflacionário generalizado, desequilíbrio do balanço de pagamentos e políticas nacionais de defesa, protecionistas, tendo como resultado a recessão — desaceleração ou mesmo recuo do crescimento — e desemprego. Entretanto, os petrodólares alimentaram a liquidez internacional, baixando as taxas de juros — o que propiciou um forte endividamento externo dos países em desenvolvimento.

O segundo choque do petróleo, em 1979, acentuou esses aspectos negativos, no momento em que o Mundo se dirigia para a normalização, principalmente os países industrializados, graças ao seu potencial econômico. Por outro lado, houve, além da aludida divisão política do Mundo, desequilíbrios decorrentes de guerras locais, porém não desprovidas de gravidade (Vietname, Oriente Médio, Afeganistão), bem como da inadequada política monetária e financeira dos Estados Unidos e da ineficiência da organização financeira internacional (SAMPSON, SOLOMAN). Os desequilíbrios se manifestaram, entre outras, na alta vertical das taxas de juros, onerando os países em desenvolvimento, já fortemente endividados. Seguiram-se graves perturbações, ao mesmo tempo que o sistema financeiro internacional entrou praticamente em colapso (reunião do FMI, Toronto, 1982).

Mais uma vez, entretanto, os países industrializados superaram a crise, o crescimento foi retomado, os preços do petróleo caíram e igualmente as taxas de juros. No final do período acentuou-se a volta para um sistema econômico mais liberal, inclusive em vários países socialistas (China, Hungria, URSS após a *perestroika*).

O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, sentiu duramente as mazelas do novo cenário após 1973. Em primeiro lugar, o desequilíbrio da balança comercial devido ao aumento da despesa com a compra de petróleo. Daí, compressão das demais importações necessárias ao desenvolvimento, desequilíbrio do balanço de pagamento, desvalorização cambial e pressões

inflacionárias. Dentro da técnica do planejamento, continuada e acentuada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1974), o governo agiu no sentido de manter, malgrado as condições adversas, um razoável ritmo de desenvolvimento através de um esforço maior de substituição de importações, prioritariamente de bens de capital, (merece destaque, contudo, o Plano Nacional do Alcool para substituir o petróleo), ao mesmo tempo que se empenhava em planos de maior integração nacional. Em face da escassez de recursos provocada pela crise, optou-se para o recurso à poupança externa, aproveitando as taxas internacionais de juros baixos, às vezes negativas em termos reais. As medidas antiinflacionárias foram menos bem sucedidas, mas o fato é que o País conseguiu manter, até 1980, boas taxas de crescimento ⁽¹²⁾.

Infelizmente, esses esforços foram frustrados pelo segundo choque do petróleo e, ainda mais, pela brusca e vertical escalada das taxas de juros que começaram a incidir sobre uma dívida externa acumulada durante a fase de juros baixos. A manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos exigiu a rolagem da dívida, num processo em bola de neve, que pesou, cada vez mais, sobre a economia do País. Ademais, como os mesmos problemas afetavam uma porção de países endividados, o sistema financeiro internacional se mostrou incapaz de enfrentar e solucionar o impasse.

O Brasil conseguiu, ainda, defender-se e manter um ritmo razoável de crescimento econômico, ao mesmo tempo que lutava, um tanto ineficazmente, contra a inflação crescente. Dentro deste cenário, o planejamento tornou-se mais flexível, mais pragmático, como se mostrou no III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980) que procurou resolver três problemas parcialmente conflitantes: equilíbrio do balanço de pagamentos, manutenção de crescimento e combate antiinflacionário ⁽¹³⁾. Essas medidas foram objeto

(12) "A opção de captar a poupança externa para enfrentar o hiato de recursos sem frear demasiado o desenvolvimento encontrava uma justificativa técnica no fato de que com a inflação crescente, as taxas reais de juros (internacionais) ou, pelo menos, algumas delas eram negativas... Entretanto, as limitações do balanço de pagamentos exigiram uma atenção especial para os problemas da área externa, dentro dos horizontes vislumbrados, a partir de 1973... Assim, preferiu-se implementar uma política gradualista, procurando-se absorver paulatinamente os efeitos da crise mundial, mediante o aproveitamento de nossas potencialidades e a mobilização de nossas riquezas naturais" (GALVEAS — I, pp. 95-96).

(13) "Dentro da estratégia do III PND, a compatibilidade dos três objetivos básicos, parcialmente conflitantes (crescimento, balanço de pagamentos e inflação), devia efetivar-se através da concentração dos esforços em três setores prioritários: energia para redução da dependência externa, graças ao aumento da produção nacional de petróleo e ao desenvolvimento de fontes energéticas alternativas (sobretudo álcool); exportação — para garantir a cobertura das importações essenciais e criar superávit comercial destinado a aliviar o balanço de pagamentos; e agricultura e mineração — para sustentar o crescimento sem ônus sobre as importações, para aumentar a receita de divisas com maior oferta de produtos de exportação e para reduzir as pressões inflacionárias sobre os gêneros alimentícios" (GALVEAS — I, pp. 153-154).

de acirradas críticas, sobretudo por considerações políticas (v. GALVÊAS — I).

No último lustro do século focalizado, apesar da nítida melhora da economia internacional como já foi mencionado, a economia brasileira se debateu com enormes dificuldades, necessitando enfrentar permanentes e penosas negociações para administrar a dívida externa. Por outro lado, a mudança do regime político e as instabilidades dela decorrentes, bem como as práticas demagógicas, agravaram o processo inflacionário, principalmente em decorrência do crescente déficit público. A tentativa de debelar a inflação, erroneamente diagnosticada como inflação puramente inercial, através do Plano Cruzado (14), teve aparentemente um resultado positivo, de curtíssima duração, perturbando, entretanto, toda a estrutura da economia, de modo que, ao voltar a inflação com ímpeto redobrado, foi acompanhada de uma forte desaceleração do crescimento econômico. As negociações, a respeito do reescalonamento da dívida externa foram afetadas pela questionável declaração de moratória externa (fevereiro de 1987), cancelada em 1988 — o que permitiu subsequente o bom encaminhamento do problema. Abandonando, com razão, o planejamento de longo prazo num ambiente inseguro e flutuante, o governo adotou planos limitados em alcance e duração, às vezes conflitantes, sem conseguir, por enquanto, debelar a inflação (ainda lastreada num forte déficit público) e sem mostrar suficiente força e credibilidade para assegurar a retomada do desenvolvimento. O processo está em curso (despacho de 1988).

3. Alterações dimensionais e estruturais

Em 98 anos, entre 1889 e 1987, a população brasileira cresceu 10,2 vezes, de 13,9 milhões para 141,3 milhões de habitantes. A taxa geométrica média foi de 2,6% ao ano: até meados do atual século oscilou entre 2,1 e 2,4% ao ano, intensificou-se até a média anual de 3,0% nos anos 50, caindo para 2,9% nos anos 60 e 2,5 na década 1970/1980. Como detalhes do crescimento demográfico, anote-se que a fecundidade feminina se reduziu de 6,2-6,3% em 1940/1960 para 5,8% em 1970 e 4,4% em 1980, mas a

(14) "O Plano Cruzado representa, simplesmente, um congelamento de preços e salários, objetivando terminar com a inflação inercial, no pressuposto de que o processo de realinhamento através dos mecanismos de correção monetária generalizada é que sustentava a inflação elevada no Brasil... Entretanto, como o congelamento puro e simples não dava solução permanente aos problemas estruturais e não cuidava diretamente da eliminação das causas fundamentais da inflação — que não era simplesmente inercial, como alardeado — essa medida inicial, esse tratamento de choque deveria ser, necessariamente, acompanhado de outras medidas complementares" (GALVÊAS — II, pp. 61-62). "A importância excessiva atribuída à inflação inercial obscureceu o valor de outras causas clássicas de pressão sobre os preços, atribuindo-se às antecipações dos agentes econômicos o poder explicativo do aumento de preços. Vale a respeito relembrar que entre 1964 e 1978, a despeito da indexação (correção monetária), as taxas anuais de inflação foram constantemente cadentes" (CHACEL — p. 53).

mortalidade infantil caiu progressivamente de 15,8% em 1930/1940 até 8,8% em 1970/1980. Quanto à esperança de vida, cresceu de 42,7 anos em 1930/1940 para 52,4 anos em 1950/1960 e 60,1 anos em 1970/1980.

Comparada com a de outros países em desenvolvimento, a taxa de crescimento demográfico não parece exorbitante — por exemplo, são as da Argentina, Colômbia, México em meados do século (KUZNETS — I, p. 17, BAIROCH — I, pp. 252-253), porém são excessivas em cotejo com as atingidas pelos países desenvolvidos, inclusive na sua fase de arranco — por exemplo, 1,5% para a Inglaterra e 0,6% para a França no período 1800/1830 (BAIROCH — II, pp. 216 e 279). O efeito em termos de crescimento *per capita* foi diferente. Por exemplo, o PIB da Inglaterra cresceu de 1800 a 1889, apenas 2,4% a.a., mas com o crescimento populacional de 1,0% a.a., o PIB *per capita* aumentou à razão de 1,4% a.a. No Brasil, de 1889 a 1939, o PIB cresceu 3,8% a.a., mas, devido à expansão demográfica anual de 2,2%, o PIB *per capita* mal conseguiu a taxa de 1,6% ao ano.

O fato constitui um elemento negativo, não apenas pelo efeito aritmético sobre a renda *per capita*, mas, também mais, nos demais reflexos: aumento da parcela de população economicamente inativa, necessidade de fortes investimentos em infra-estrutura e educação, forte necessidade de criação de empregos.

Essa carga foi parcialmente aliviada no início do século em pauta graças ao grande contingente de imigrantes, o qual, na década 1890/1899, somou 1,2 milhões de pessoas, ou seja, 8,6% sobre a população inicial. O fluxo se reduziu paulatinamente, com um recrudescimento parcial em 1913/1919 e 1950/1959. Mas as entradas decenais não representaram mais do que cerca de 1% do volume da população.

Apesar do aumento da área cultivada, a expansão demográfica fez com que a densidade real (população/área cultivada) crescesse de 182 pessoas/100 ha em 1900 para 243 pessoas/100 ha em 1980. Deve-se levar em conta, entretanto, que a área cultivada representava em 1980, 13,3% da área ocupada e esta, por sua vez, abrangia 43,4% da área total. A densidade demográfica global subiu de 1,64 hab/km² em 1889 para 14,1 hab/km² em 1987.

Uma alteração estrutural, normal em si, foi o crescimento da população urbana, intensificado nas últimas décadas devido, por um lado, à forte expansão demográfica e, por outro, à incapacidade do campo de reter sua população. Mais adiante, se verá o efeito em termos de distribuição da população ativa e produtividade. Por enquanto, anote-se que em 1900 as capitais dos 21 estados somavam 2,0 milhões de habitantes — 11,6% da população total. Em 1980 as mesmas capitais englobavam 26,0 milhões de habitantes — 21,8% do total. Incluindo as capitais dos estados criados no intervalo, a população somava 28,6 milhões — 24,0 do total. De fato, os critérios da “urbanização” são bastante relativos e faltam dados a respeito do início da República, mas, de acordo com o critério oficial, a

população urbana, que representava 31,2% do total em 1940, passou para 44,7% em 1960 e 67,6% em 1980. Mais grave é o modo desordenado e inconsistente em que se processou tal evolução.

Crescimento econômico

Ao longo dos anos em foco, o produto real brasileiro cresceu a uma taxa geométrica de 4,8% ao ano. Sem dúvida, não foi — nem podia ser — uma evolução linear. Observando as taxas das várias fases delimitadas de acordo com a periodização adotada, aparecem as flutuações, como se vê no Quadro I (as taxas para o período 1890/1913 foram tiradas de GOLDSMITH/HADDAD; para 1924/1946, HADDAD; depois, FGV e IBGE). A observação básica é que as menores taxas, às vezes negativas, surgem nos momentos de crise do sistema político mundial ou nacional ou nas fases depressivas da economia internacional: 1914/1918 — Primeira Guerra Mundial; 1930/1932 — a Grande Depressão; 1940/1946 — Segunda Guerra Mundial; 1963/1966 — perturbações sociais e políticas internas — Revolução de 1964; 1981 — crise do sistema financeiro internacional, em seguida aos choques do petróleo. A informação constitui um primeiro desmentido à conhecida teoria dos “choques externos”, isto é, que os surtos industriais, com efeito desenvolvimentista, teriam ocorrido durante e devido ao colapso do mercado internacional. Pelo contrário, as melhores taxas se verificaram em períodos de relativo equilíbrio político e econômico interno e externo: 1903/1913, 1919/1929, 1933/1939, 1947/1962, 1967/1980 e 1984/1987 (neste último caso, um tanto paradoxalmente, pois as mencionadas condições sofreram sérias limitações — a explicação seria que o organismo econômico se tornara bastante forte para resistir aos abalos).

As informações macroeconômicas disponíveis a partir de 1947 (FGV) e as estimadas para os períodos anteriores (BUESCU — II, pp. 160-165; BUESCU — IV, pp. 159-163) indicam que o período do arranco se situaria entre as décadas de 30 e 50 — mais provavelmente após a Segunda Guerra Mundial — quando a formação líquida de capital teria subido para 10-15% do PIB, segundo o critério de W. W. ROSTOW, embora, evitando uma visão simplista, seja mister anotar terem-se firmado na época outras condições estruturais, tais como “um arcabouço político, social e institucional ... que imprima ao desenvolvimento um caráter constante” (ROSTOW, p. 52).

Outrossim, as taxas de crescimento do PIB são favoravelmente comparáveis com as registradas pelos países industrializados na época de seus arrancos (dados detalhados em KUZNETS — I, p. 14) ou pelos países subdesenvolvidos em épocas mais recentes: em 1960/1968 América Latina, 5,0% a.a.; Ásia 4,5% a.a.; África 4,0% a.a. (BAIROCH — I, pp. 252-253).

Apesar da elevada taxa de expansão demográfica, o produto *per capita* registrou, também, um crescimento razoável, com flutuações, e a taxas baixas ou negativas nos seis momentos de crise, já mencionados. A média geométrica anual foi de 2,3%, mas as taxas variaram entre —3,9% (1981/1983) e 5,8% (1967/1980) — (v. Quadro I). Essas taxas, também, compararam-se favoravelmente com as atingidas pelos países industrializados na fase do seu arranco, (BAIROCH — II, pp. 272 e 346), porém, em tempos mais recentes, os resultados *per capita* do Brasil se viram prejudicados pela forte taxa de crescimento populacional, como já indicado.

No Quadro II foram calculados, por extrapolação, a partir do resultado efetivo registrado em 1970, o PIB global e *per capita*, em dólares norte-americanos (de 1970 a fim de eliminar as subseqüentes distorções inflacionárias). Em valores correntes, informa-se que o PIB de 1987 teria sido de US\$ 325 bilhões, correspondente a US\$ 2.300 *per capita*. Mesmo descontando a desvalorização do dólar, ficam muito distantes os US\$ 88 de 1889.

As comparações internacionais de longo prazo são aleatórias, mas parece que, afinal, se reduziu o hiato entre o Brasil e os países desenvolvidos tradicionais. Em 1900, a relação de renda *per capita* Inglaterra/Brasil era de 12,0:1, EUA/Brasil 15,1: 1. Em 1970 as proporções teriam caído para 5,4: 1 e 11,3: 1 (BUESCU — I, p. 111; GALVÊAS — III, pp. 175-177). O progresso foi pequeno, mas, pelo menos, parece ter sido afastado o espantinho do *gap* crescente em relação aos países mais avançados.

Estrutura do produto

O desenvolvimento, implicando em crescimento assimétrico dos vários setores da economia, resulta em alterações setoriais, tanto no que tange à estrutura do produto como à da população economicamente ativa.

Um aspecto fundamental a ser identificado é o crescimento do setor industrial, constantemente superior ao resto da economia. Somente nas fases negativas, a indústria, mais sensível aos abalos depressivos, caiu mais do que a economia como um todo. A evolução foi a seguinte (taxas médias % a.a.):

	<i>PIB</i>	<i>Ind.</i>		<i>PIB</i>	<i>Ind.</i>
1903/1913	4,0	6,4	1940/1945	2,4	5,8
1914/1918	2,4	4,7	1946/1962	7,1	8,8
1919/1929	4,2	6,2	1963/1966	0,3	0,6
1930/1932	—0,4	—1,4	1967/1980	8,6	9,4
1933/1939	4,8	10,0	1981/1983	—1,7	—3,6
			1984/1987	6,3	6,9

As únicas fases negativas foram de 1930 a 1932 e de 1981 a 1983. Pode-se concluir que o processo de industrialização foi contínuo, pois, crescendo mais a indústria do que o resto da economia, a sua participação no PIB aumentou sistematicamente.

Estatísticas parciais, visualizando apenas os dois primeiros setores — primário e secundário — cuja proporção caracteriza a industrialização — mostram a modificação paulatina dessa relação — embora se possa admitir a precariedade dos dados, às vezes não coincidentes nas várias fontes (VILLELA — SUZIGAN; 25 anos...). A evolução apresentou-se como segue (participação % no universo dos dois setores):

	1907	1919	1939	1950	1960	1980
Setor 1.º	79	79	57	54	47	22
Setor 2.º	21	21	43	46	53	78

A inversão das posições deu-se na década de 50, justamente após o momento que foi identificado como arranco.

Por extrapolação, a partir das posições atuais através das respectivas taxas de crescimento, identificam-se os seguintes perfis dos três setores (em % do produto total):

	I	II	III
1903	47,1	12,1	40,8
1913	37,2	15,7	47,1

Segundo outras fontes (GOLDSMITH), a evolução prosseguiu assim (em % do total):

	I	II	III
1929	36,9	20,3	42,8
1939	32,7	24,7	42,6
1945	28,0	28,6	43,4

Comparando com a distribuição setorial em países industrializados na fase do pré-arranco, por exemplo, Inglaterra e França (BAIROCH — II, pp. 267 e 347), o que parece mais característico no caso do Brasil é a forte parcela representada pelo setor terciário. Isso verificou-se, ainda mais, em tempos recentes (1985), quando a proporção foi de 9,8% — 34,4% — 55,8%. A reduzida participação do setor primário e a excessiva contribuição do setor terciário são, aqui, mais fortes do que em países desenvolvidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial (KUZNETS — I, p. 33).

Aspectos semelhantes aparecem na composição da população economicamente ativa. No início, forte concentração no setor primário e reduzíssima parcela no secundário. Mais tarde, excessiva parcela do terciário, explicando-se pelo referido êxodo do campo para a cidade, onde o cres-

cimento quantitativo não foi acompanhado por uma elevação da produtividade. Os dados (VILLELA — SUZIGAN; BAER — I) apresentam-se como segue (em % do total):

	1920	1940	1960	1980
1.º	70	66	54	30
2.º	14	12	14	21
3.º	16	22	32	49

É interessante observar que a distribuição de 1920 se parece com a dos países subdesenvolvidos em 1970: 68-13-19 (BAIROCH — I, p. 94) e, até certo ponto, com a dos países desenvolvidos em 1960: 59-24-17 (ibidem). Nestes últimos países, entretanto, a transferência da população ativa na época do arranco se fez mais do setor primário para o secundário e muito menos para o terciário. Por exemplo, Inglaterra — 1811: 35-45-20; França — 1856: 51-31-18 (BAIROCH — II, pp. 267 e 342).

Formação de capital

A pesquisa a respeito dos níveis de poupança e investimento apresenta-se extremamente precária, pelo menos até a implantação da contabilidade nacional (1947).

Uma reconstituição macroeconômica para o ano de 1907 (BUESCU — II, pp. 189-199) conclui, com as devidas restrições, que a taxa de formação bruta do capital era, aproximadamente, de 9,0% do PIB — resultado que parece coerente, pois, segundo KUZNETS, tal taxa corresponde a uma renda *per capita* perto de US\$ 100 — o que era o caso do Brasil naquele ano. Imputando uma depreciação de 3%, compatível com uma economia de pouca intensidade de capital, a taxa líquida de formação de capital seria de 6% do PIB, compatível, por sua vez, com o crescimento de cerca de 4% do PIB. A relação capital/produto de 1,5 também parece coerente, pois, com a sofisticação da economia, ela pôde aumentar para 2, como verificada diretamente em 1947/1961 e, mais, em época posterior (2,4 em 1980).

De qualquer forma, a pesquisa mostra um baixo nível de formação capital, o que explica, entre outras, o modesto crescimento na época. Para o período seguinte até 1940, só se dispõe de indicadores indiretos e incompletos. A série destes tipos de indicadores — consumo aparente de aço e cimento e quantum de importação de bens de capital para a indústria (VILLELA — SUZIGAN, p. 437) — sem oferecer indicações quanto à taxa de investimento, sugere, sem nenhuma exceção, que a atividade investidora se intensificou *não durante* os famigerados choques externos, mas *entre* eles, nas épocas de normalidade das relações com o exterior: 1903/1913, 1919/1929, 1933/1939.

No que diz respeito à ação investidora do setor público, não há a mesma coincidência e nem devia haver forçosamente, visto que vários fatores autônomos podiam condicionar essa atividade. Observando a parcela de despesa federal destinada à formação bruta de capital fixo (VILLELA — SUZIGAN, pp. 414-415), aparece uma intensificação entre 1904 e 1922 e uma nítida retração nos anos seguintes até a Segunda Guerra Mundial — quase com certeza em virtude dos preceitos contencionistas do padrão-ouro — inclusive durante a Grande Depressão.

Para todo o período anterior à contabilidade nacional é difícil admitir que se tenha atingido, a não ser esporadicamente, uma taxa líquida de formação de capital compatível com o arranço (segundo ROSTOW, 10-15% do PIB), de vez que, considerando as taxas de crescimento do PIB, aquela proporção de poupança teria exigido uma relação capital/produto inexplicavelmente alta.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial (BUESCU — IV, pp. 160-161), segundo vários autores, a taxa bruta da formação de capital se situava em torno de 9,6% do PIB — a qual, de acordo com diversas hipóteses da taxa de depreciação, tornaria compatível o crescimento do PIB com uma formação líquida de 5,1-6,8% e uma relação capital/produto de 1,5-2.

Depois da guerra, as taxas de poupança e investimento situaram-se em níveis relativamente altos, explicando, em parte, a boa taxa média de crescimento na época. Com uma sociedade mais amadurecida, um ambiente político — salvo pequenas exceções — equilibrado, com uma renda *per capita* mais elevada, e, daí, uma propensão maior para poupar, com uma classe empresarial mais dinâmica, com um governo mais atuante para o desenvolvimento, com a ajuda não desprezível da poupança externa e — sobretudo no quartel final — com a sofisticação institucional da captação e canalização da poupança, a taxa de formação bruta de capital situou-se, de forma geral, em torno de 17-18% do PIB nas duas primeiras décadas do pós-guerra, subiu para 20-23% nos anos de expansão antes dos choques do petróleo (20,3% em 1970) e caiu para 15-18% nas circunstâncias agitadas do último decênio (17,1% em 1987). De qualquer modo, um progresso acentuado em comparação com a primeira metade do século, exceto a deterioração na fase final.

Na despesa nacional, a poupança bruta oscilou entre 13,3% (1947) e 20,2% (1965) da renda nacional disponível bruta, com uma média em torno de 17% ficando uma parcela de 79,8-86,7%, com média 83%, para o consumo. Foi a poupança interna que mais financiou, em grandes proporções, os investimentos: em 1970 ela cobria 93,7% desse financiamento, cabendo os restantes 6,3% à poupança externa. Em 1980 as proporções foram de 76,3% e 23,7% e em 1985 de 99,4% e 0,6% respectivamente (correspondendo os últimos números à fase crítica do balanço de pagamentos).

Quanto à distribuição entre a poupança privada, governamental e externa, a primeira teve participação muito maior. Em anos relacionados apresentou-se da forma seguinte (em % da formação líquida de capital):

	1947	1957	1967	1977
Poupança privada	61,3	74,2	83,4	61,7
Poupança do governo	26,6	15,8	5,2	25,7
Saldo em % do bal. pag.	12,1	10,0	11,4	12,6

Capitais estrangeiros

A entrada dos capitais estrangeiros como apoio ao crescimento foi uma constante na evolução econômica do Brasil. Ela foi forçosamente menor nas fases de carência da economia mundial (1914/1918, 1930/1932, 1940/1945, 1981/1985) ou de resistências internas, algo xenófobos (1961/1964), quando, aliás, o crescimento econômico foi menor. Em face da falta de informações sobre épocas mais remotas, é preciso limitar a pesquisa a um único ano, 1907, quando de acordo com uma estimativa própria — o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos teria contribuído com 2,6% do total da formação líquida de capital (BUESCU — II). Em 1941 essa participação subiu a 9,7%, em 1959 a 10,0%, em 1969 a 7,4%, em 1979 a 20,6%, refletindo as condições da conjuntura e as políticas adotadas.

De forma geral, houve sempre maior interesse pelos capitais de empréstimo do que pelos capitais de risco. É impossível quantificar essa caracterização para o período anterior à introdução da contabilidade nacional, mas no início do período posterior a diferença é nítida: em 1947/1953, entradas brutas de empréstimos US\$ 1.341 milhões, investimentos US\$ 105 milhões; em 1954/1960 US\$ 3.047 milhões e US\$ 608 milhões, respectivamente. Para o triênio mais recente (1983/1985), empréstimos brutos de US\$ 23.916 milhões, investimentos de US\$ 2.779 milhões — numa época em que, por um lado, havia necessidade de rolar uma dívida externa considerável, por outro, se reduziam os investimentos devido às condições internas desfavoráveis — políticas e econômicas.

No que tange aos investimentos diretos, foi identificado, entre 1886 e 1913, um volume de £ 248 milhões, (CASTRO, Ana C.), a maior parte na fase expansionista de 1903 a 1913. Mais da metade (59,8%) foram aplicados em serviços básicos (infraestrutura: ferrovia, navegação, portos, serviços urbanos) e uma boa parcela (13,6%) em empresas bancárias e de seguros. As aplicações na indústria de transformação não passaram de 6,4%.

Após a Primeira Guerra Mundial até a Grande Depressão, os investimentos começaram a procurar também as indústrias de base — siderurgia e cimento — graças aos incentivos recebidos. A indústria, entretanto, e conseqüentemente os investimentos estrangeiros, também, se concentra-

vam na indústria de bens de consumo não duráveis e somente após a Segunda Guerra Mundial, sustentadas por vários incentivos cambiais e fiscais (Instrução 113/1955 da SUMOC, Lei n.º 3.204/1957), dirigiram-se para a produção de bens de consumo duráveis (indústria automobilística) e, mais tarde, para a produção de bens de capital.

Até 1964, a distribuição setorial dos investimentos estrangeiros (desde o início do registro na SUMOC/Banco Central em 1957) cobria 26,7% em indústrias leves, dos quais 10,5% na indústria mecânica e elétrica, e 73,3% na indústria de base, dos quais 44,8% no material de transporte e 8,4% na indústria química. O total registrado foi de US\$ 539,5 milhões.

Em 1986 o valor total dos investimentos estrangeiros atingia US\$ 26,2 bilhões dos quais, segundo a nova classificação, 74,7% na indústria de transformação (14,0% na indústria química, 13,9% no material de transporte, 9,1% na mecânica). Quanto à origem dos capitais, não mudou a ordem de importância dos países, mas a participação relativa se alterou — o que indica uma diversificação maior (em % do valor total):

	1964	1985
EUA	42,1	31,4
Alem. Ocidental	20,1	13,8
Japão	8,4	9,3
Suíça	7,4	9,0
Reino Unido	4,1	5,6

Embora deva se repelir a idéia de desnacionalização da economia, haja vista sobretudo a detenção, pelo setor público, dos setores estratégicos, as empresas estrangeiras chegaram a deter uma parcela substancial do mercado, principalmente em alguns ramos (fumo, material elétrico, produtos farmacêuticos). Segundo uma amostragem para 1977 (VILLELA — BAER, pp. 4-5), as empresas multinacionais detinham 21,9% do patrimônio líquido, 31,5% do pessoal ocupado e 41,6% do faturamento total.

Estatização

Ao longo da exposição histórica observou-se o crescimento paulatino da intervenção do setor público na economia, no início em termos de ação normativa, através de instituições intervencionistas no mercado, e, finalmente, como empresário em organizações estatais ou de economia mista. O crescimento do setor público refletiu-se no aumento de sua despesa no total da despesa nacional e na maior absorção da poupança através de sua dívida interna, tudo correspondendo ao aumento das instituições econômicas governamentais, seja de disposição e controle, seja de oferta de produtos e serviços.

Infelizmente, as informações são extremamente escassas para o período anterior à introdução da contabilidade nacional e amiúde incompletas ou distorcidas para o período posterior. De qualquer forma, elas demons-

tram ou, pelo menos, sugerem a expansão relativa do setor público na economia — expansão essa que se deu, como foi indicado na exposição histórica, sob o impacto das crises e dos percalços do sistema liberal, o que levou para uma crescente filosofia intervencionista.

Uma ilustração do processo aparece na evolução da participação da despesa corrente do governo no PIB: de uma estimativa de 12,7% em 1907, subiu para 17,0% em 1950, 19,5% em 1960, 21,8% em 1970 e 23,5% em 1980 — tendo provavelmente crescido, ainda mais, nos anos recentes, apesar das promessas de privatização da economia.

Os órgãos públicos se multiplicaram, identificando-se (cf. *Conjuntura Econômica*), em 1952, 443 entidades de caráter econômico sob a autoridade governamental, mais 166 comissões, autarquias, etc. com funções econômicas. O progressivo crescimento do governo na ação empresarial manifesta-se no ritmo de criação de empresas estatais: 25 no período 1900/1930, 96 em 1930/1960, 180 em 1960/1970, 259 em 1970/1980, num total de 560 unidades (cf. *A Crise do Bom Padrão*).

De acordo com uma amostragem de 1977 (cf. VILLELA — BAER) as empresas governamentais detinham 59,3% do patrimônio líquido, 30,8% do pessoal ocupado e 29,5% do faturamento. No mesmo ano, assinalava-se (*The Economist — apud Conjuntura Econômica*) que eram praticamente 100% propriedade pública os setores do correio, telecomunicações, eletricidade, gás, extração de petróleo, carvão, ferrovias; com uma participação de cerca de 75%, a siderurgia; com 25%, as linhas aéreas. Não havia participação estatal nos estaleiros e na indústria automobilística. É patente que, contrariamente à alegação de desnacionalização da economia, tal processo não ocorreu, pois o governo detém o controle dos setores estratégicos.

Uma outra amostragem revela o aumento do funcionalismo público: entre 1950 e 1973 o número de empregados públicos subiu de 1.027 mil para 3.351 mil, ou seja, em termos relativos, de 6,0% para 8,5% da população economicamente ativa.

Um levantamento feito em 1986 (*Conjuntura Econômica*) mostra que entre as 50 empresas principais, 22 eram públicas (44,0%), 12 estrangeiras e 16 de capital privado nacional.

Do ponto de vista do patrimônio das 20 principais empresas, 81,3% eram detidas pelas empresas públicas, contra 12,7 pelas empresas privadas nacionais e 6,0% pelas estrangeiras.

A presença do governo na economia manifestou-se, também, na sua forte participação nos investimentos, mas a quantificação é aleatória devido aos critérios de classificação nas contas nacionais. Estimativas admitem que essa participação teria sido de 18,0% em 1939 (COMBEU), teria crescido para 38,4% em 1960 (IBRE) e 46,5% em 1981, mas há quem sustente que a proporção teria chegado a níveis superiores.

O crescimento e o desequilíbrio do setor público resultaram no seu forte endividamento. A dívida pública subiu de 0,3% do PIB em 1964 para 2,6% em 1968, 7,0% em 1979, 11,8% em 1983, 31,7% em 1986 (incl. estadual e municipal). O endividamento externo foi, cada vez mais, de responsabilidade do setor público: em 1983, no auge do recente desequilíbrio externo do Brasil, 70,2% da dívida externa registrada pertencia ao setor público. O déficit público foi sempre elemento perturbador na economia nacional, mas, com o crescimento do setor, o impacto desse elemento se tornou mais oneroso: em 1982, o déficit consolidado do setor público representava 5,7% do PIB e, malgrado todas as promessas, não parecia apto a ceder, continuando com principal fonte inflacionária.

Inflação

A rigor, o processo inflacionário não poderia entrar neste capítulo que trata de "alterações" na economia, haja vista que foi um fenômeno permanente: em 100 anos, as únicas fases deflacionárias foram de 1898 a 1902 e pouco depois (ação contencionista de Murtinho e, parcialmente, Leopoldo de Bulhões) e de 1930/1933 (durante a Grande Depressão). Fora disso, é difícil admitir que tenha havido, mesmo em anos isolados, situações deflacionárias não detectadas pelas estatísticas.

Se se quisesse caracterizar uma "evolução" dentro desse quadro inflacionário permanente, deveria apontar-se para a tendência secular de agravamento da inflação: uma desaceleração deu-se após a operação saneadora de Murtinho, durante o período de política econômica relativamente ortodoxa entre a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão e nos anos de decidida política antiinflacionária dos governos militares até os choques do petróleo. O interlúdio do Plano Cruzado foi passageiro e insignificante a não ser pelos desastrosos efeitos subseqüentes.

A evolução das taxas anuais da variação dos preços foi a seguinte:

1890/1898	11,2	1919/1929	5,3	1947/1961	18,8
1899/1902	-7,6	1930/1933	-3,3	1962/1966	63,1
1903/1913	3,3	1934/1939	6,6	1967/1973	20,5
1914/1918	8,3	1940/1946	12,1	1974/1978	38,2

Os anos 1986/1987 presenciaram uma intensificação do processo inflacionário, até a taxa de 416% em 1987.

As dimensões e intenções deste trabalho não permitem entrar numa discussão dos fatores do processo. Poder-se-ia apontar como traço característico da evolução, a permanência da responsabilidade do setor público,

por exemplo na inflação crescente de 1894/1898 e de 1907/1913, em todo o processo de agravamento de 1947 a 1964 e na fase final do período. A expansão creditícia foi importante em 1890/1893 e 1947/1964, talvez também em outras fases passageiras menos detectáveis. As pressões salariais foram mais acentuadas em 1961/1963 e após 1984. Quanto aos fatores externos, manifestaram-se mais fortemente, além das duas guerras, durante os choques do petróleo (e a inflação mundial delas decorrente) e os abalos do sistema financeiro internacional. Entretanto, como já foi dito, uma análise do processo inflacionário e de suas causas ultrapassa totalmente o objetivo do presente relato. (Alguns parâmetros inflacionários no Quadro IV.)

Industrialização

Como foi dito num capítulo anterior, o setor secundário cresceu sistematicamente a uma taxa superior à do produto global (invertendo-se as posições apenas nas fases de taxas negativas), de modo que a parcela relativa daquele setor aumentou no conjunto da economia — alteração estrutural específica do processo da industrialização. Para o período “estatístico” — isto é, após a introdução da contabilidade nacional —, constata-se que, entre 1947 e 1983, para um crescimento global de 8,4 vezes, o produto agrícola cresceu 4,6 vezes e o industrial 12,2 vezes.

O crescimento da indústria aparece, também, nas dimensões do parque industrial (v. Quadro V). Entre 1907 e 1980 o número de estabelecimentos industriais cresceu 73,6 vezes e o número de operários na indústria 31,4 vezes (omite-se a posição de 1889, cujos dados são muito questionáveis): de modo geral, pode-se interpretar essa evolução díspar pelo fato de se passar mais para tecnologia capital-intensivas.

Um indicador do progresso industrial encontra-se na evolução da potência instalada — térmica e hidráulica — que não passava de 0,75 megawatts em 1889, alcançando 244,2 Mw em 1913, 1.176 Mw em 1939, 6.840 Mw em 1964 e, num salto espetacular 45.945 Mw em 1986. Em termos *per capita*, de 54w em 1889 para 332w em 1986.

Incidentalmente, vale observar que o consumo energético se situou num nível médio entre os países industrializados e os subdesenvolvidos: em milhões de toneladas equivalentes de hulha, *per capita*, os primeiros registravam 5,34 e os segundos 0,38 (1970), enquanto o Brasil, pouco depois, atingia 2,88 (1983).

Como cenário complementar, pode-se lembrar a evolução do sistema de transportes. O ferroviário, por motivos que não cabe avaliar aqui, deixou praticamente de progredir desde o início do século: a rede ferroviária

cresceu de 9.583 km em 1889 para 16.010 km em 1903 e 24.614 km em 1913, mas, depois, o crescimento se desacelerou (31.851 km em 1928), chegou a 38.287 km em 1960 e se reduziu até 29.777 km em 1985. Em compensação a rede rodoviária cresceu de 302.147 km em 1952 para 1.501.950 km em 1976 e chegando a 1.583.172 km em 1986.

A frota de veículos registrou expansão muito maior (em unidades): 131.757 (1927); 510.612 (1950); 1.814.898 (1964); 10.826.198 (1980). Em termos *per capita* de 4 unidades por 1.000 hab. em 1927 para 91 em 1980.

É muito expressiva a composição setorial da produção industrial, passando da concentração em bens de consumo (inicialmente, os não duráveis; depois, os duráveis) para uma parcela crescente de bens de produção. A participação dos bens de consumo não duráveis caiu de 72,1% em 1907, para 69,2% em 1920; 58,0% em 1939, 49,9% em 1950, 29,1% em 1970 e 25,1% em 1980. A produção de bens de capital representava, em 1940, 25,2 do total, subindo para 30,3% em 1950 e 40,7% em 1960.

A composição da pauta de produção, em alguns ramos mais expressivos, em vários anos, ilustra bem a alteração estrutural do setor (em % do valor adicionado total da indústria de transformação):

	1919	1939	1959	1980
Minérios não metálicos	5,7	5,2	6,6	5,8
Metalúrgica	4,4	7,6	11,8	11,5
Mecânica	0,1	3,8	3,4	10,1
Material elétr. e comunic.	—	1,2	4,0	6,4
Material de transporte	2,1	0,6	7,6	7,6
Produtos quím. e farmac.	3,6	9,8	11,1	16,3
Têxtil	29,6	22,2	12,0	6,4
Produtos alimentares	20,6	24,2	16,4	10,0
Bebidas	5,6	4,4	2,9	1,2
Fumo	5,5	2,3	1,3	0,7

Deve-se ressaltar o recuo progressivo das indústrias tradicionais (alimentar, têxtil, bebidas, fumo) e o crescimento, já desde antes da última guerra, dos ramos da metalúrgica e da química e, em tempos mais recentes, da indústria de material de transporte, mecânica e de material elétrico e de comunicação. A alteração estrutural corresponde às fases definidas na introdução histórica.

Como dados absolutos mais relevantes anote-se a produção de alguns itens:

	1920	1940	1980	1985
Ferro-gusa (1.000 t)	14	186	12.685	18.899
Aço em lingotes (")	...	141	10.047	11.440
Laminados de aço (")	...	153	12.999	14.394
Cimento (")	—	745	27.193	20.635
Petróleo (1.000 bl.)	—	2	68.497	205.208

A expansão industrial permitiu reduzir paulatinamente o coeficiente de importação na oferta industrial total — redução essa reforçada às vezes pela retração do mercado externo: este coeficiente caiu de 46,6% em 1920 para 22,6% em 1932 e 11,2% em 1942, voltou para 24,4% em 1947 para, depois, cair progressivamente para 9,5% em 1955 e 4,1% em 1964, porém subindo para 11,5% em 1975.

Um aspecto peculiar, que deve ser notado, consiste na concentração regional da indústria (com reflexos sobre as disparidades regionais de renda, do que se falará mais adiante). De forma geral, observa-se uma certa diminuição dessas disparidades, como aparece a seguir (% do total):

N.º de estabelecimentos

	1907	1920	1940	1960	1980
N	4,7	1,8	1,8	1,6	3,4
NE	14,1	18,9	16,3	19,1	20,3
CS (sem SP)	69,7	48,4	51,5	44,0	38,8
SP	10,4	30,6	28,8	32,8	29,4
CO	1,1	0,3	1,6	2,4	2,1

N.º de operários

	1907	1920	1940	1960	1980
N	2,5	1,2	1,8	1,2	2,6
NE	24,8	23,6	17,8	12,3	11,0
CS (sem SP)	53,8	45,4	44,7	40,0	38,0
SP	16,2	29,1	34,9	45,6	46,3
CO	2,7	0,3	0,7	0,8	2,1

Devem ser feitas, como em outras ocasiões, reservas a respeito do censo de 1907. (Sobre a divisão territorial, v. nota 16.)

Agricultura

Na primeira metade do período focalizado (1900/1947), o produto primário cresceu à razão de 3,1% ao ano, enquanto o produto real total registrou aumento anual de 3,5% — quer dizer, a agropecuária não contribuiu de modo positivo para o crescimento; foi mais um fator de atraso. Sem dúvida, a indústria constituiu-se no setor dinâmico da economia, com crescimento anual de 6,0%, mas os demais componentes do produto acusaram também taxas superiores à da agricultura. O atraso desta, cuja explicação exigiria análises mais amplas, resultou, inclusive, da ocorrência de taxas anuais negativas — em 13 anos dos 47 focalizados (HADDAD, p. 152).

Esses recuos aconteceram um pouco menos durante o período estatístico (1947/1986); 8 vezes em 39 anos. Mas a agricultura continuou crescendo menos que o produto total (2,2% contra 6,1% anuais) e não apenas muito menos que a indústria (6,9% a.a.) mas também que outros componentes principais do produto: comércio (3,4% a.a.), transporte e comunicações (4,6% a.a.); evidentemente, um setor atrasado.

Não obstante, a produção de vários produtos agrícolas de primeira necessidade (arroz, mandioca, milho, trigo) cresceu mais do que a população de modo que a produção *per capita* aumentou, para não falar da soja que disparou de praticamente zero para 96,3 kg *per capita* (1986). Quedas aparecem, em pouca medida, no feijão e, em proporção maior, em produtos de exportação: café, cacau.

Operou-se uma importante alteração estrutural, ligada ao crescimento do mercado interno e à interiorização da economia, no sentido da redução da parcela do produto agrícola destinada à exportação: em 1907 essa parcela era de 68% do total, caindo para 36% em 1939. Entretanto, numa fase intermediária (1920/1928) a produção agrícola para exportação cresceu à razão de 9,0% a.a., enquanto as culturas para o mercado interno cresceram 1,6% a.a. (VILLELA — SUZIGAN, p. 160) — mas foi uma fase de excepcional desempenho da exportação. Sob outro enfoque, considerando a participação (em valor) de 4 produtos principais de exportação — café, cacau, algodão e fumo — ela caiu de 70,2% em 1891/1900 para 49,6% em 1934/1943 e 12,4% em 1964.

Vale lembrar, também, que em 1901/1905 o Brasil era, ainda, importador líquido de arroz, batata, feijão e milho, por quantidades bastante expressivas. Já durante a Primeira Guerra Mundial os saldos se tornaram positivos e, salvo momentos passageiros de penúria, assim ficaram. Foi somente o trigo, o principal produto agrícola de importação constante, até 1987.

O quadro seguinte mostra a evolução global em quase meio século, com seus pontos positivos e negativos:

	<i>Produção global</i> (1.000 t)		<i>Produção per capita</i> (kg/hab.)	
	1939/41	1986	1939/41	1986
Arroz	1.496	10.405	36,3	75,2
Cacau	132	460	3,2	3,3
Café	1.040	1.954	25,2	14,1
Cana-de-açúcar	21.234	238.493	515,9	1.723,2
Feijão	811	2.219	19,7	16,7
Mandioca	7.406	25.556	174,9	184,6
Milho	5.236	20.541	127,2	148,4
Soja	...	13.335	...	96,3
Trigo	145	5.638	3,5	40,7

Foi sempre lamentada a reduzida produtividade agrícola em comparação à de outros países, inclusive os subdesenvolvidos. As comparações de prazo mais longo, no Brasil, são difíceis devido à falta ou à imprecisão dos dados. De forma global, observa-se que, entre 1920 e 1980, o índice da área cultivada subiu de 100,0 para 208,4 e o do pessoal ocupado na agricultura de 100,0 para 335,3 (*Estatísticas Históricas*, pp. 280-281). Como índice da produção agrícola atingiu 609,7, o impacto sugeriria uma certa diminuição da produtividade global, mas o cálculo parece bastante precário.

Para produtos específicos de maior relevância, pode-se anotar a seguinte evolução (ibidem, pp. 285-299):

		<i>(kg/ha)</i>	
		1931	1985
Amendoim em casca	(1944)	1.018	1.756
Arroz em casca		1.499	1.898
Batata inglesa		15.033	12.540
Cacau		499	664
Cana-de-açúcar		46.635	63.190
Feijão		1.316	479
Mandioca		22.934	12.379
Milho		1.498	1.866
Soja	(1952)	1.297	1.800
Trigo		1.000	1.614

Como se vê, os resultados foram muito assimétricos, entre quedas de produtividade e altas, às vezes espetaculares.

Comércio exterior

O comércio exterior, que constituiu, na primeira metade do período em foco, o setor dinâmico da economia — uma economia voltada para o exterior dentro de um modelo exportador de produtos *primários* — expandiu-se com a economia como um todo, porém, em termos relativos dentro da economia, perdeu parte do seu significado. De fato, houve perturbações em que o modelo se fechou ou se abriu de acordo com a conjuntura ou com as políticas econômicas.

Em termos percentuais do PIB, pode-se admitir, por extrapolação, que no início da República a exportação podia ser responsável por 20-25% da geração da renda. As dificuldades do café devem ter reduzido esse coeficiente de exportação, mas ele pode ter-se recuperado no início do século XX, na fase expansionista que foi o Reerguimento Econômico. Uma nova retração durante a Primeira Guerra Mundial foi seguida por nova expansão, mais modesta, que pode ter-se prolongado durante a Segunda Guerra Mundial que ofereceu, ainda, boas oportunidades às exportações brasileiras. RAYMOND GOLDSMITH calcula o coeficiente de exportação de 0,172 em 1898, 0,189 em 1903 e 0,148 em 1913 — bastante perto dos valores aqui sugeridos.

Para o período “estatístico”, a partir de 1947, houve a evolução seguinte (em Cr\$ milhões — velhos):

	A. PIB	B. Exportação	B/A %
1947	179	21	11,7
1956	1.029	60	5,8
1961	4.626	245	5,3
1965	42.662	2.215	5,2
1973	487.151	37.828	7,8
1980	12.639.293	1.038.083	8,2
1985	1.406.077.084	148.571.718	10,6

De forma geral, o coeficiente da exportação nunca foi muito elevado, de modo que não é lícito falar em “dependência externa” (v. nota 1, supra). Outrossim, observa-se que o coeficiente caiu substancialmente durante a fase de substituição de importações (o coeficiente de importação

acompanhou o de exportação) e voltou a crescer na fase do modelo aberto, após 1965, inclusive nos anos difíceis posteriores aos choques do petróleo.

A concentração das atividades econômicas em torno do comércio exterior é ilustrada também pelo crescimento do valor *per capita* da exportação (em £): 2,05 em 1889; 2,77 em 1913; 2,88 em 1929 — seguido de uma queda vertical durante a Grande Depressão, a qual não se recuperou até a Segunda Guerra Mundial. Na fase seguinte, verifica-se uma variação semelhante à do coeficiente de exportação (em US\$ *per capita*): 23,78 em 1947; 23,90 em 1956; 19,75 em 1965; 29,41 em 1970. (Nos anos seguintes, a desvalorização do dólar torna as comparações irrelevantes.)

Em valores absolutos observam-se os seguintes valores e as correspondentes variações relativas que caracterizam as fases de expansão e contração das exportações, sem poder-se tirar uma conclusão definitiva quanto à relação com o ritmo do desenvolvimento, embora a evidência estatística pareça favorecer o modelo aberto:

(Médias anuais — Valores em £ 1000; após 1940/42 em US\$ milhões)
 Variação % das médias:

1888/1890	—	22.582	1898/1900	—	22.502	—	0,4%
1901/1902	—	37.964	1911/1913	—	68.980	—	81,7%
1911/1913	—	68.980	1914/1918	—	56.283	—	18,4%
1914/1918	—	56.283	1927/1929	—	93.649	—	66,4%
1927/1929	—	93.649	1930/1932	—	50.640	—	45,9%
1930/1932	—	50.640	1937/1939	—	38.591	—	23,8%
1940/1942	—	409	1944/1946	—	738	—	84,0%
1947/1949	—	1.143	1961/1963	—	1.341	—	17,3%
1963/1965	—	1.477	1969/1971	—	2.651	—	79,5%
1976/1978	—	11.636	1984/1986	—	25.012	—	115,0%

O crescimento continuou nos últimos anos do centenário, porém os valores são distorcidos pela desvalorização do dólar.

As informações referentes às relações de troca e à capacidade de importação não permitem tirar conclusões rigorosas: houve muitas flutuações, cujo significado só poderia ser detectado através de análises pormenorizadas, não cabíveis aqui. Uma apresentação sintética das variações pode

identificar, não obstante, as fases em que esses parâmetros foram favoráveis ou não (índices: 1930/1944 = 100,0):

	<i>Relações de troca</i>	<i>Capacidade de importar</i>
1889/1896	247,1	72,0
1897/1903	155,2	73,0
1904/1913	186,2	108,0
1914/1923	104,6	75,0
1924/1929	180,5	139,0
1930/1944	100,0	100,0
1945/1949	113,2	142,2
1950/1958	179,0	161,3
1959/1968	154,2	165,1
1969/1979	159,8	372,0

(O último índice ilustra o grande esforço exportador empreendido após 1967).

São muito expressivas as alterações ocorridas na composição das pautas de exportação e importação, denotando a modificação da estrutura da economia e do comportamento dos agentes econômicos. Evidentemente, no início da República e por muito tempo, os produtos primários dominaram a pauta de exportação: em 1891/1900, 7 produtos (café, algodão, cacau, fumo, borracha, açúcar e mate) eram responsáveis por 93,3% da receita total, sendo a parcela do café de 63,8%. Embora mais tarde a borracha tenha perdido muito do seu peso, a concentração nos 7 produtos continuou forte: em 1921/1930, 83,9% dos quais 69,6% para o café. Em 1986 estes produtos não representavam mais de 13,7% (o café: 9,0%), mas o complexo da soja, recém-chegado à pauta, contribuía com mais 6,7%.

De acordo com outra classificação, as matérias-primas e os gêneros alimentícios ainda respondiam em 1939 por quase a totalidade da receita de exportação, mas somente na Segunda Guerra Mundial, devido à conjuntura regional favorável, os produtos manufaturados ganharam um certo espaço, perdido logo após a guerra. A evolução foi a seguinte (em % da receita total):

	1939	1943	1949
Animais vivos	0,0	0,0	0,0
Matérias-primas	41,5	34,3	29,3
Gêneros alimentícios	57,7	46,0	67,9
Manufaturados	0,8	19,7	2,8

A grande transformação estrutural, entretanto, veio depois de 1964 graças aos incentivos fiscais e creditícios concedidos às exportações de produtos industrializados, bem como devido à própria transformação da

indústria que procurou escoamento para seus produtos. Em 1972 os produtos manufaturados representavam 16,6% da receita, mas, depois, a escalada foi firme: em 1986 os produtos industrializados (nova classificação) representavam 64,1%, dos quais 11,0% para os semi-manufaturados e 53,1% para os manufaturados, ficando os produtos básicos com 35,9%.

Na importação assiste-se, também, à alteração da composição da pauta, refletindo os progressos da indústria nacional e de suas necessidades. A evolução foi a seguinte (em % do valor total):

	1901	1913	1929	1939	1949
Animais vivos	1,5	0,5	0,2	0,6	0,2
Matérias-primas	17,8	20,9	20,0	29,8	25,0
Gêneros alimentícios	42,9	22,5	19,7	12,6	17,5
Manufaturados	37,8	56,1	60,1	57,0	57,3

De acordo com outra classificação, tem-se a seguinte evolução, igualmente relevante, incluindo o aumento da despesa com combustíveis após o choque do petróleo:

	1961	1973	1980	1987
Matérias-primas	38,3	41,3	30,8	32,3
Combustíveis e lubrif.	22,7	12,4	44,4	31,3
Bens de consumo	7,4	11,6	5,7	10,1
Bens de capital	31,6	34,6	19,1	26,3

A alteração da distribuição geográfica do comércio exterior do Brasil dependeu das necessidades internas e, sobretudo, da mudança das correntes do comércio internacional, identificando, desde o início o século, a supremacia dos Estados Unidos na exportação e paulatinamente, mais tarde, na importação. A participação dos principais parceiros comerciais evoluiu como se segue (em % do valor total):

	<i>Exportação</i>			
	1901	1929	1964	1985
EUA	43,0	42,2	33,2	27,1
Alemanha	14,8	8,8	9,3	5,1
França	11,7	11,1	3,5	3,1
Argentina	2,2	6,4	6,4	2,1
Reino Unido	12,9	6,5	0,4	2,5
Países Baixos	4,9	4,9	5,5	6,1
Japão	—	0,0	1,9	5,5
Itália	0,9	4,7	4,5	4,5

Importação

	1901	1929	1964	1985
EUA	12,4	30,1	34,5	19,5
Alemanha	9,4	17,2	8,5	6,5
França	8,0	7,2	4,2	3,0
Argentina	13,5	4,2	9,2	3,4
Reino Unido	31,4	19,2	1,2	1,9
Países Baixos	0,6	1,8	1,2	1,2
Japão	—	0,2	2,7	4,3
Itália	3,8	4,4	2,2	1,4

Na exportação, em tempos mais recentes, é preciso destacar o esforço por uma diversificação maior dos mercados — tentativa parcialmente bem sucedida: em 1964 as exportações para o Terceiro Mundo (África, Ásia sem Japão, Oriente Médio) alcançavam apenas 4,2% do valor total; em 1986 essa participação chegou a 19,2%. Ademais, devido à alta dos preços do petróleo a participação do Oriente Médio na despesa da importação subiu de 4,6% em 1964 para 33,9% em 1980, mas reduziu-se para 20,6% em 1987.

Balanco de pagamentos

Faltam informações a respeito do comportamento do balanço de pagamentos antes da Segunda Guerra Mundial. Uma reconstituição baseada em dados oficiais, para o ano de 1907 (BUESCU II, pp. 189-195) oferece um panorama típico de país subdesenvolvido (embora num ano de equilíbrio externo): superávit comercial, déficit na conta de serviços, entrada líquida de capitais estrangeiros. A reconstituição de 1939 (COMBEU) apresenta-se de forma parecida; apenas a falta de entrada de capitais estrangeiros, explicada por motivos conjunturais, é compensada por uma administração mais cuidadosa da balança comercial, resultando daí um superávit em conta corrente (Quadro VI).

Nos primeiros 20 anos do pós-guerra assiste-se a uma certa deterioração da balança comercial, enquanto crescia o déficit dos serviços, bem como a parcela destinada a amortizações: daí, o recurso crescente aos empréstimos e financiamentos externos, graças aos quais se conseguiu o equilíbrio do balanço de pagamentos (1968).

Na fase seguinte, o desequilíbrio aparece primeiramente na balança comercial que, apesar de um bem sucedido esforço por exportar, se tornou deficitária em decorrência da elevada despesa de importação, oriunda da alta do preço do petróleo. Essa alta vai continuar com o segundo choque do petróleo, de modo que o valor da importação subiu até US\$ 23,0 bilhões em 1980. Somente a partir de 1981 foi possível comprimir a despesa de importação, ao mesmo tempo que se expandia a receita da exportação.

Entretanto, já em 1978 se manifesta o desequilíbrio na conta de serviços, onerada pelo serviço da dívida externa e, depois, pela escalada das taxas de juros internacionais. A convergência da evolução das contas de mercadorias e de serviços teve como resultado o agravamento do déficit em conta corrente, fonte de novo endividamento. Em 1985, já aparece equilibrada esta conta, graças ao esforço exportador e à compressão das importações, ajudada pelos preços mais baixos do petróleo. O peso da dívida externa reflete-se no volume das amortizações e na necessidade de empréstimos para a rolagem da dívida externa — operação essa que exigiu longas e penosas negociações cujos resultados ainda não são definidos.

Dívida externa

São muito difíceis as comparações, a prazo mais longo, a respeito do endividamento externo do País. Os dados existentes até 1931 referem-se praticamente à dívida pública consolidada, demonstrando um crescimento progressivo (v. Quadro III), oriundo, em grande parte, da necessidade de rolagem da dívida: houve, sem dúvida, empréstimos destinados a investimentos em infra-estrutura, mas outros, em volume apreciável, serviram apenas para fazer face ao serviço da dívida. Desse modo, o total da dívida, que somava £ 31,1 milhões no início da República, atingiu £ 269,4 milhões em 1932, um aumento de quase 9 vezes (v. Quadro III).

No início, o único prestador era a Inglaterra, mas logo forneceram empréstimos a França e os Estados Unidos (em 1929, 331 milhões de FF e US\$ 152 milhões, respectivamente). Sob o impacto da Grande Depressão, resolveu-se suspender novos empréstimos (que, aliás, era problemático conseguir) e se procedeu a esquemas mais amplos de liquidação (planos Oswaldo Aranha e Souza Costa). A dívida velha desceu até níveis insignificantes (US\$ 7,5 milhões em 1966).

Para avaliar a grandeza do endividamento (embora a informação estatística abranja apenas uma parte da realidade), pode-se utilizar a relação da dívida externa/exportação e constatar que o grau de endividamento foi bastante forte, porém não excessivo no início: a referida relação passou de 1,09 em 1889 para 2,2 em 1913 e 2,66 em 1929. O crescimento vegeta-

tivo da dívida e a queda das exportações devido à Depressão elevou a dita relação a 7,33 em 1932. (A relação dívida/PIB teria sido mais relevante, mas faltam dados comparáveis sobre o PIB em valores correntes.)

Quanto ao serviço da dívida, sofreu evolução semelhante: a relação serviço da dívida/saldo da balança comercial subiu da média de 0,77 em 1890/1897 para 1,65 em 1915/1926 e 2,09 em 1927/1930.

Para a dívida "nova", isto é, a partir de 1947, dispõe-se de maiores detalhes porém ainda discrepantes, até 1966. A dívida bruta total teria crescido de US\$ 625 milhões em 1947 para US\$ 6 bilhões em 1966 — um crescimento de pouco mais de 8 vezes em 19 anos, logo proporcionalmente maior do que em 1889/1932.

Após 1966, a dívida continuou crescendo lentamente. Segundo outro critério de avaliação, subiu de US\$ 3,3 bilhões em 1967 para US\$ 9,5 bilhões em 1972 e, depois, sob o impacto dos choques do petróleo, para US\$ 49,9 bilhões em 1979. A escalada dos juros e a necessidade de *roll-over* levaram a dívida bruta a US\$ 103,8 bilhões em 1987. Com reservas internacionais de US\$ 7,3 bilhões, a dívida líquida alcançou US\$ 96,5 bilhões, 36 vezes mais que em 1964 (em termos nominais, sem considerar a desvalorização do dólar).

Em anos selecionados, a evolução foi a seguinte (em US\$ milhões):

	<i>Dív. bruta</i>	<i>Reservas</i>	<i>Dív. líquida</i>	<i>PIB</i>	<i>DL/PIB (%)</i>
1964	2,9	0,2	2,7	25,5	10,6
1972	10,2	4,2	6,0	46,4	12,9
1977	32,0	7,2	24,8	176,8	14,0
1987	103,8	7,3	96,5	325,0	31,9

Em termos relativos, a relação dívida bruta/exportação passou de 2,00 em 1968 para 2,15 em 1974, 2,68 em 1980 e 4,54 em 1986. A deterioração da situação aparece no fato de que, de 1970 a 1982, a balança comercial acusou sistematicamente saldos negativos, enquanto o serviço da dívida aumentava: este exigiu, entre 1973 e 1982, US\$ 87,9 bilhões e o saldo negativo acumulado somou US\$ 30,0 bilhões.

Disparidades regionais de renda

As disparidades da renda regional vêm de longe, desde os tempos do modelo mercantilista, com a concentração das atividades econômicas em

torno do produto "cíclico" (açúcar, ouro e outros secundários) — modelo que se continuou com o ciclo do café. Através de um movimento de causação circular, cumulativo, a fase moderna da economia brasileira — a fase industrialista — herdou as condições que favoreciam o progresso, nas regiões privilegiadas. Esse dualismo entre as ricas e pobres levou a falar-se de verdadeiros "dois Brasis" (LAMBERT J.). Evidentemente, o fenômeno não se restringe ao Brasil (15).

Para o período anterior à introdução da contabilidade nacional, um cálculo através de elementos indiretos (BUESCU I, pp. 42-53) já detectava a concentração da renda na região Sudeste (16). As disparidades continuaram até os nossos dias, sendo a modificação mais expressiva a redução da participação relativa da região Sudeste e o aumento da parcela do Centro-Oeste e, ainda mais, do Sul.

A evolução foi a seguinte (em % da renda bruta):

	1900	1950	1980
Norte	5,2	2,2	3,1
Nordeste	13,6	11,3	12,0
Sudeste	78,2 (*)	36,4	62,4
Sul	2,8	48,2	17,0
Centro-Oeste	0,2	1,9	5,5

(*) Inclusive Minas Gerais.

Durante muito tempo, o problema foi menosprezado: introduziram-se apenas instrumentos institucionais de alcance limitado tais como o DNOCS

(15) A idéia de dualismo — assaz indefinida, por ser complexa — pode detectar-se em vários planos. No nível continental, ela foi objeto de um livro de grande sucesso depois da Primeira Guerra Mundial: *Les Deux Europees*, de FRANÇOIS DELAISI. Após a Segunda Guerra Mundial, com o "Grande Despertar" de que falou GUNNAR MYRDAL, o problema tornou-se prioritário em nível internacional. Assim, por exemplo, MARIO HENRIQUE SIMONSEN referiu-se ao "Mundo dicotômico", no seu livro *Brasil 2001* (SIMONSEN MH., — I).

(16) A divisão regional mudou várias vezes no Brasil. Em 1900 as regiões eram: *Norte*: Amazonas, Pará; *Nordeste*: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas; *Leste*: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal; *Sul*: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; *Centro-Oeste*: Mato Grosso, Goiás. Atualmente são: *Norte*: como antes, mais Rondônia, Acre, Roraima e Amapá; *Nordeste*: como antes, mais Sergipe, Bahia e Fernando de Noronha; *Sudeste*: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo; *Sul*: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; *Centro-Oeste*: como antes, mais Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

— Departamento Nacional de Obras Contra a Seca e SPVEA — Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Uma obra mais articulada começou a partir da criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Pujança de alguns Estados pode ser assim observada entre 1900 e 1980 (participação % na renda total): São Paulo 35,7 — 37,5; Paraná 0,7 — 5,8; Santa Catarina 0,2 — 3,2; Rio Grande do Sul 3,7 — 8,0. Para Rio de Janeiro e Minas Gerais (inseparáveis por razões metodológicas), 56,4% em 1900 e 23,5% em 1980.

A concentração das atividades econômicas em alguns Estados de maior destaque (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais) aparece, também, no quadro seguinte (em % do total do País):

	1960	1980
População	58,3	57,8
Renda interna	78,4	78,0
Área cultivada	58,9	32,0
Valor da prod. industrial	90,4	84,1
Rede ferroviária	69,3	...
Rede rodoviária	66,6	53,4
Consumo de energia elétrica	86,7	79,8

Disparidades da renda pessoal

Mas difíceis são as comparações referentes à distribuição das rendas pessoais, a não ser para tempos muito recentes, quando o problema assumiu lugar de destaque entre as preocupações da opinião pública e dos órgãos oficiais.

Uma visão indireta, isto é, da distribuição da riqueza e não das rendas, e somente para o setor rural, pode-se obter através da repartição relativa dos estabelecimentos agrícolas segundo o tamanho e as áreas por eles possuídas. Numa classificação mais simplificada, ter-se-ia a seguinte evolução (em % do total):

Área total do estab.	1920		1980	
	n.º de estab.	área	n.º de estab.	área
Até 100 ha	71,5	9,9	50,4	2,4
Até 101 a 1000 ha	24,4	30,5	39,0	17,5
Mais de 1001 ha	4,1	59,6	10,6	80,1

Ainda que as informações pareçam inseguras, seria lícito concluir que entre 1920 e 1980 se reduziu a área das pequenas propriedades, porém

ao mesmo tempo que aumentou o número de estabelecimentos e área das grandes propriedades. A concentração até cresceu, considerando que o coeficiente de Gini se elevou de 74,5 em 1920 para 77,1 em 1980.

As análises sobre a concentração da renda pessoal são muito recentes, controversas e, particularmente, abrangem um período muito limitado, de 1960 até agora, de modo que não permitem as comparações de prazo mais longo que fazem o objeto da presente síntese (v. LANGONI, *passim* — onde se encontra uma bibliografia mais ampla; LORENZO FERNANDES, pp. 263-269). Em geral, admite-se que a concentração se agravou na década dos anos 60 (coeficiente de Gini: 0,50 em 1960, 0,57 em 1970), mas eventualmente melhorou no início dos anos 70, com possível deterioração na segunda metade do decênio.

4. Conclusão

O que se pode dizer, em suma, da evolução econômica da República? Qual será, afinal, sem entrar em detalhes, o balanço econômico destes 100 anos? O que foi de positivo e negativo nesse desempenho e o que sobrou para as gerações futuras?

Sem dúvida, o progresso material, implicando na modernização e na alteração estrutural, já é incontestável: confirmam-no as fontes quantitativas, estatísticas, bem como as qualitativas — o testemunho da literatura, das crônicas, da Imprensa, em parte até dos testemunhos pessoais. Poder-se-ia dizer que houve um crescimento “vegetativo”, natural, ligado ao processo de causação circular, cumulativa.

Entretanto, não foi um processo linear, de crescimento a taxas constantes: houve aceleração do progresso, sobretudo a partir da fase que foi caracterizada como de *take-off* e, ainda mais, no último quartel do século focalizado. E houve, também, fases de estagnação ou mesmo de recessão, devidamente assinaladas no texto.

Por que o lento deslanchar e os percalços enfrentados no percurso, inclusive depois do arranco? Em primeiro lugar, trata-se de fruto da História, do destino traçado ao longo de séculos: afinal de contas, a causação circular funciona também no sentido negativo, como um freio ao progresso. E, em se tratando de um conjunto complexo de fatores, é normal que demore a remoção dos “grilhões do atraso”, em que pese à impaciência manifestada pelo corpo social, ávido do progresso.

Veza por outra este obstáculo é provocado pela própria sociedade, devido ao fenômeno, assaz generalizado, de inércia social ou devido à resistência de certos grupos cujos interesses estão ligados às estruturas antiquadas: um exemplo relevante encontra-se na luta dos cafeicultores na defesa do seu setor, resultando nas operações de valorização do café —

bem sucedidas a curto prazo, mas contraproducentes numa perspectiva mais ampla.

Os obstáculos ocorreram amiúde por causa de choques externos — alguns tão importantes que constituem marcos na evolução do País, como se viu já na Introdução deste trabalho: as duas Guerras Mundiais, a Grande Depressão, os choques do petróleo — mas, também, em dimensões mais reduzidas, as crises econômicas periódicas dos países industrializados, as políticas nacionais dos mesmos países entre a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, bem como depois dos choques do petróleo, o colapso do sistema financeiro internacional na década de 80 — e outros.

Obviamente, a culpa não deve ser procurada apenas nas estrelas — como advertiu o herói de Shakespeare — nem com exclusividade no estrangeiro, como quer um certo ufanismo extremado. O progresso econômico foi retardado ou prejudicado, em várias ocasiões, pelas convulsões políticas internas (embora até agora não se tenha procedido à tarefa, nada fácil, de quantificar as perdas daí resultantes). Numa visão mais objetiva, pode-se afirmar que muitas mazelas decorreram do próprio comportamento — às vezes obtuso ou irracional — do corpo social, o qual leva ao problema da educação como condição básica do desenvolvimento. Os dirigentes políticos puderam ter sua parcela de culpa por erros de avaliação frente aos problemas econômicos do País, contudo não é lícito responsabilizá-los por não terem aplicado, na sua época, soluções que a teoria econômica descobriu muito mais tarde: um exemplo típico são as críticas feitas *a posteriori* à falta de políticas econômicas anticíclicas, em tempos muito anteriores à obra de KEYNES.

Como fatores positivos, pode-se identificar *per a contrario* as fases de normalidade política e econômica externa e interna: no exterior, o período da *Belle Époque* até a Primeira Guerra Mundial, a fase eufórica depois desta guerra até a Grande Depressão e, de modo geral, após a Segunda Guerra Mundial, embora agitada por guerras locais (Coréia, Vietname, Oriente Médio) e minada pela grande ruptura persistente entre o mundo socialista e o mundo ocidental. Sem exagerar-se a tese, é lícito admitir que os choques externos agiram como incitações para uma ação positiva: expansão das exportações durante as duas Guerras, incentivos à auto-suficiência, tais como se manifestaram, sobretudo, após a Grande Depressão ou após os choques do petróleo (por exemplo, a substituição da gasolina pelo álcool de cana).

De modo geral, entretanto, pode-se verificar, ao longo da evolução secular, o papel benéfico da cooperação internacional, manifestada, em primeiro lugar, no livre movimento de pessoas, mercadorias e capitais, bem como nas tentativas, infelizmente muitas vezes frustradas, de colaboração econômica internacional (principalmente depois da última guerra: ONU,

FMI, GATT, UNCTAD, etc. — além das realizações de caráter regional: ALALC, BID, ALADI, etc.). Nas épocas de maior estabilidade e expansão da economia internacional, a possibilidade de mobilizar fatores de produção, o movimento mais livre dos capitais internacionais e a confiança dos investidores, tanto no plano interno como no externo, permitiram taxas mais elevadas de investimento e crescimento, tal como aconteceu em 1903/1913, 1920/1929, 1947/1961 (nesta fase, apesar de certas tendências contrárias, em caráter xenófobo ou de apego aos ideais autárquicos de isolamento econômico) e especialmente 1965/1973, quando vingou o modelo “aberto” da economia, não obstante os choques de petróleo tenham mostrado mais tarde os perigos da dependência quando não existe um consenso de solidariedade e cooperação entre as nações.

A existência de abundantes recursos naturais conferiu uma grande versatilidade às atividades econômicas: assim foi possível a substituição das importações de gêneros alimentícios e a cobertura razoável do consumo interno pela produção nacional, bem como a criação de indústrias com matérias-primas locais — especialmente, o caso da siderurgia na década dos anos 20 e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. A mesma versatilidade garantiu a expansão da energia hidráulica e, na crise do petróleo, a substituição da gasolina pelo álcool de cana.

Como se viu, a agricultura passou a ter um papel discreto, senão negativo, em termos de produtividade, resposta à demanda interna e baixa dos preços. Houve progressos, mas ainda insignificantes: o atraso secular não foi recuperado. Um fator negativo que não foi debelado consiste na obsoleta estrutura agrícola que, junto ao atraso tecnológico, não permitiu a fixação do homem no campo, provocando uma urbanização desordenada e ineficiente, com um setor terciário hipertrofiado e de baixa produtividade, e a manutenção do desemprego camuflado.

A indústria manteve seu papel dinâmico, em proporções crescentes, embora a tecnologia capital-intensiva tenha limitado a criação de empregos. Entretanto, as alterações observadas na estrutura industrial demonstram a modernização do setor, a passagem para a indústria pesada e de ponta, malgrado o inevitável atraso tecnológico. Viu-se, também, que outro aspecto negativo — a concentração regional da indústria, resultado de um processo cumulativo de longo prazo — não recebeu, a não ser em pequena proporção, uma solução satisfatória.

Vale mencionar, sobretudo porque não aparecem, nas informações estatísticas, os progressos institucionais realizados no século: expansão e diversificação do sistema bancário (crédito agrícola e industrial, bancos de desenvolvimento, etc.), organização do sistema financeiro (instituições públicas e privadas para captação e canalização das poupanças), organi-

zação das instituições de classe, aprimoramento da organização trabalhista e sindical (embora com uma persistente interferência governamental).

Um século de experiência serviu para maior amadurecimento da classe empresarial, embora resistam vestígios de mercantilismo. Os órgãos governamentais aprimoraram, e diversificaram também, sua atuação. A sua interferência foi muitas vezes profícua, mas resultou, também, em excesso de estatização, com uma forte dose de ineficiência. As deficiências do setor público, completadas por fatores negativos do lado dos agentes econômicos, privados, mais as influências externas nocivas, contribuíram para a manutenção de um processo inflacionário permanente, o qual, sobretudo nos momentos de exacerbação, prejudicou o desempenho da economia.

Viu-se que os resultados foram modestos em torno de eliminação ou, pelos menos, atenuação das disparidades de renda, tanto em nível regional como em nível pessoal. A preocupação com estes aspectos cresceu somente em tempos recentes e não provocou uma atuação mais decidida, apesar das boas intenções. O mesmo se pode dizer a respeito do problema fundamental da educação. Os modestos progressos realizados ao longo do século da República, inclusive nas décadas mais recentes de ação mais intensiva, explicam provavelmente muitos dos percalços e das insuficiências da economia nacional.

Qual é o balanço final? Sem dúvida, positivo. Se não o foi mais, fica por conta do Destino ou da responsabilidade dos próprios atores do processo.

Quadro I

Produto real global e per capita
(variação percentual)

	Global			per capita		
	a.a no período	acumulado	acumulado	a.a no período	acumulado	acumulado
1890/1902	2,4	36,2	36,2	0,1	1,0	1,0
1903/1913	3,6	48,0	101,6	1,4	17,4	18,6
1914/1918	2,4	12,3	126,4	0,1	0,8	19,6
1919/1929	5,8	85,2	319,3	3,6	48,2	77,3
1930/1932	-0,4	-1,2	314,3	-2,3	-7,0	64,9
1933/1939	6,3	53,6	536,4	4,2	33,2	119,6
1940/1946	3,3	25,5	698,7	1,0	7,1	135,1
1947/1962	7,1	200,0	2296,1	4,2	91,6	350,5
1963/1966	0,3	1,2	2324,9	-2,6	-10,1	305,2
1967/1980	8,6	217,4	7596,6	5,8	121,9	799,0
1981/1983	-1,7	-5,0	7211,8	-3,9	-11,1	699,0
1984/1987	6,3	27,7	9237,2	3,6	15,0	318,6

Quadro II

PIB global e per capita

	<i>PIB global</i> (US\$ milhões de 1970)	<i>População</i> (1000 hab.)	<i>PIB per capita</i> (US\$ de 1970)
1889	1.228	13.932	88
1902	1.673	18.782	89
1913	2.476	23.660	105
1918	2.780	26.277	106
1929	5.149	32.894	157
1932	5.088	34.957	146
1939	7.815	40.289	194
1946	9.808	47.313	207
1962	29.424	73.951	398
1966	29.778	83.175	358
1980	94.514	119.003	794
1983	89.789	127.218	706
1987	114.661	141.302	811

Quadro III

Setor externo

	<i>Exportação</i> <i>Fob</i> (£ 1.000)	<i>Importação</i> <i>Cif</i> (£ 1.000)	<i>Dívida</i> <i>externa</i> (£ milhões)	<i>Taxa de</i> <i>câmbio</i> (mil-réis/£)
1889	28.552	24.002	31,1	9,075
1902	36.437	23.279	59,8	20,213
1913	65.451	67.166	144,2	15,000
1918	61.168	52.817	153,7	18,656
1929	94.831	86.653	252,3	40,710
1932	36.630	21.774	268,4	69,474
1939	37.298	31.801	242,7	153,541
1946	985 (1)	673 (1)	160,0	18,85 (2)
1962	1.214	1.475	4,0 (2)	304,50
1966	1.741	1.496	5,2	2.186,69
1980	20.132	24.961	53,8	88,66 (4)
1983	21.899	16.801	81,3	534,32
1986	22.393	11.730	101,8	14,94 (5)

(1) A partir de 1946: US\$ milhões

(2) A partir de 1967: US\$ bilhões

(3) A partir de 1946: Cr\$/US\$

(4) A partir de 1980: Cr\$ novos/US\$

(5) Cr\$/US\$

Quadro IV

Moeda e preços

(Variação decenal %)

	<i>Meios de pagamento</i>	<i>Preços (1)</i>	<i>Taxa de câmbio</i>
1889/1899	275,4	69,4	258,9
1899/1909	12,8	—18,3	—51,0
1909/1919	143,3	76,9	16,3
1919/1929	134,8	75,7	119,3
1929/1939	96,4	27,7	277,2
1939/1949	151,6	233,0	—5,0
1949/1959	1.671,0	425,4	449,4
1959/1969	5.558,3	3.620,2	3.800,6
1969/1979	2.729,5	1.272,4	6.313,0

(1) 1912/1938: ICV-RJ; 1939/1949: IPA; após 1950: IGP-DI.

Quadro V

Evolução do parque industrial

	<i>n.º de estab.</i>	<i>n.º de operários</i>	<i>potência (HP)</i>	<i>oper./ estab.</i>	<i>operário HP/</i>
1889 (*)	636	54.169	65.000	85	1,20
1907	3.250	150.841	109.284	46	0,72
1920	13.336	293.673	310.424	22	1,06
1940	49.418	713.314	1.186.358	14	1,66
1950	89.086	1.153.194	2.667.017	13	2,31
1960	110.339	1.513.713	...	14	...
1980	239.104	4.734.097	...	20	...

(*) Simonsen R.; os dados são questionáveis sobretudo quanto à relação HP/operário.

Quadro VI

Balanço de pagamentos

(US\$ milhões)

	1907 ⁽¹⁾	1939 ⁽²⁾	1947	1958	1968	1978	1985
Balança comercial	19,0	87,6	130	65	26	-1.024	12.471
— Exportação FOB	54,2	318,8	1.157	1.244	1.881	12.659	25.639
— Importação FOB	-35,2	-231,2	-1.027	-1.179	-1.855	-13.683	-13.168
Serviços	-19,4	-53,5	-257	-309	-556	-6.037	-12.893
— Fretes e seguros	-5,3	-30,2	-160	-108	-72	-1.032	-473
— Juros e lucros	-8,1	-11,7	-36	-89	-228	-4.232	-11.191
— Outros	-5,6	-11,6	-61	-112	-256	-773	-1.229
Transações correntes ⁽¹⁾	-0,4	34,1	-151	-248	-508	-6.990	-268
Capitais	10,0	-0,3	12	184	541	11.891	-2.729
— Invest. diretos ⁽²⁾	36	110	61	2.047	1.253
— Emprést. e financ.	24	398	964	15.168	4.908
— Amortizações	-48	-324	-484	-5.324	-8.890
Saldo ⁽³⁾	8,9	-0,8	-182	-253	32	4.262	-3.526

(1) Inclusive transferências unilaterais.

(2) Líquido: investimentos estrangeiros menos brasileiros.

(3) Inclusive Erros e Omissões.

(4) £ milhões.

(5) Cz\$ milhões (velhos)

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Pinto de. *Rui e a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Fund. Casa Rui Barbosa, 1973.
- BAER, Werner — I. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1966.
- BAER, Werner — II. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- BAER, Werner — VILLELA, Annibal Villanova. *Croissance industrielle et industrialisation in: L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, CNRS, 1973.
- BAIROCH, Paul — I. *Le Tiers Monde dans l'Impasse*. Paris, Gallimard, 1971.
- BARNES, Harry Elmer. *História de la Economía del Mundo Occidental*. México, UTEHA, 1955.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- BOUÇAS, Valentim. *Divida Externa*. Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, 1955.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- BUESCU, Mircea — I. *Brasil: Disparidades de Renda no Passado*. Rio de Janeiro, APEC, 1979.
- BUESCU, Mircea — II. *Brasil: Problemas Econômicos e Experiência Histórica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- BUESCU, Mircea — III. *Evolução Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.
- BUESCU, Mircea — IV. *Guerra e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, APEC, 1976.
- BUESCU, Mircea — TAPAJÓS, Vicente. *História do Desenvolvimento Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa do Livro, 1967.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Monetária do Brasil*. São Paulo, CEN, 1968.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, DIFEL.
- CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo, DIFEL, 1970.
- CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CASTRO, Antônio Barros de. *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1969.

- CHACEL, Julian M. *A Fugaz Trajetória do Cruzado*. Rio de Janeiro, JMC, 1987.
- *Crise (A) do Bom Patrão* — ed. P. Rabello de Castro. Rio de Janeiro, CEDEC/APEC, s/d.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1971.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, USP, 1959.
- *Economia (A) Brasileira e suas Perspectivas*. Rio de Janeiro, APEC, 1962/1988.
- *Ensaio sobre o Café e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, IBC, 1973.
- *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- *Formação Econômica do Brasil*. — Org. F. R. Versiani — J. R. M. de Barros — São Paulo, Saraiva, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GALVÊAS, Ernane — I. *A Crise do Petróleo*. Rio de Janeiro, APEC, 1985.
- GALVÊAS, Ernane — II. *A Saga da Crise*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- GALVÊAS, Ernane — III. *Brasil: Desenvolvimento e Inflação*. Rio de Janeiro, APEC, 1978.
- GALVÊAS, Ernane — IV. *Brasil: Economia Aberta ou Fechada?* Rio de Janeiro, APEC, 1982.
- GASTALDI, J. Petrelli. *A Economia Brasileira e os Problemas do Desenvolvimento*. São Paulo, Saraiva, 1968.
- GOLDSMITH, Raymond W. *Brasil 1850-1984 — Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação*. São Paulo, Harper-Row, 1986.
- GUDIN, Eugênio. Notas sobre a economia brasileira desde a proclamação da República até nossos dias — in: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, vol. 26, nº 3, jul./set. 1972.
- GUIMARAES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d.
- HADDAD, Cláudio. Crescimento do produto real brasileiro 1900/1947 — in: *Formação Econômica do Brasil*, op. cit.
- *Idéias Econômicas de Joaquim Murttinho* — Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Casa Rui Barbosa, 1980.
- KUZNETS, Simon — I. *Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Forense, s/d.

- KUZNETS, Simon — II. *O Crescimento Econômico do Pós-Guerra*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1966.
- LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento do Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- *La Préindustrialisation du Brésil* — dir. Fr. Mauro. Paris, CNRS, 1984.
- LAMBERT, Denis-Clair. Le degré de dualisme de l'économie brésilienne s'est-il atténué en un demi-siècle? — in: *L'Histoire Quantitative...* *op. cit.*
- LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasis*. São Paulo, CEN, 1969.
- LANGONI, Carlos Geraldo — I. *As Causas do Crescimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.
- LANGONI, Carlos Geraldo — II. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expansão e Cultura, 1973.
- LEFF, Nathaniel H. Uma perspectiva a longo prazo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento — in: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 3, jul./set., 1972.
- LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.
- LIMA, Heltor Ferreira — I. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo, CEN, 1976.
- LIMA, Heltor Ferreira — II. *3 Industrialistas Brasileiros*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- LOBO, Eulália L. — I. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro — in: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 4, 1971.
- LOBO, Eulália L. II. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC 1978.
- LORENZO-FERNANDES, O. S. *A Evolução da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- LUZ, Nícia Villela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1971.
- MALAN, Pedro S. *et alii*. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil 1939/1952*. Rio de Janeiro, IPEA, 1977.
- MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial 1790-1970*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- MELLO FRANCO, Affonso Arinos de. *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo, CEN, 1936.
- NEUHAUS, Paulo. *História Monetária do Brasil 1900/1945*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.
- NIVEAU, M. *História dos Fatos Econômicos Contemporâneos*. São Paulo, DIFEL, 1960.

- NORMANO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, CEN, 1975.
- ÓNODY, Oliver. *A Inflação Brasileira 1820/1958*. Rio de Janeiro, 1960.
- PALAZZO, José Truda. *Estudos de Economia Internacional*. Porto Alegre, Sulina, 1964.
- PELÁEZ, Carlos Manuel — I. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- PELÁEZ, Carlos Manuel — II. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1979.
- PELÁEZ, Carlos Manuel — SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.
- POMMÉRY, Louis. *Aperçu d'Histotre Economique Contemporaine 1890-1939*. Paris, Médicis, 1945.
- REZENDE, Fernando et alii. *Aspectos da Participação do Governo na Economia*. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- SAMPSON, Anthony. *Os Credores do Mundo*. Rio de Janeiro. Ricard, s/d.
- SILVA, Victor da — BUESCU, Mircea. *10 Anos de Renovação Econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.
- SIMONSEN, Mário Henrique — I. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro, APEC, 1969.
- SIMONSEN, Mário Henrique — II. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.
- SIMONSEN, Mário Henrique — CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
- SIMONSEN, Roberto C. *Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo, CEN, 1973.
- SIMONSEN, Roberto C. — GUDIN, Eugênio. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA, 1977.
- SOLOMON, Robert. *O Sistema Monetário Internacional 1945-1976*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- TAUNAY, Affonso de E. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC, 1945.
- TAVARES, Marla da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- VILLELA, Annibal Villanova — BAER, Werner. *O Setor Privado Nacional*. Rio de Janeiro, IPEA, 1980.
- VILLELA, Annibal Villanova — SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889/1945*. Rio de Janeiro, IPEA, 1973.
- *25 Anos de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Record, 1965.
- WIRTH, John D. *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*. Rio de Janeiro, FGV. 1973.